



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

(Assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, Procurador Geral de Justiça, em 03/02/2026, às 09:15, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

ATO-GAB/PGJ nº 42/2026

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO no uso de suas atribuições legais, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Nomear a Bacharel em Direito DEANE MENDES DOURADO BARBOSA, para exercer o cargo, em comissão, de ASSESSOR DE PROMOTOR DE JUSTIÇA / SÍMBOLO CC-06, de indicação do Promotor de Justiça FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA JUNIOR, respondendo pela 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal (Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Ordens Tributária e Econômica e da Saúde), tendo em vista o que consta do Processo nº 19.13.0433.0028854/2025-46. Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno e no Diário Eletrônico do Ministério Público.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
(Assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, Procurador Geral de Justiça, em 03/02/2026, às 09:15, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

ATO-GAB/PGJ nº 43/2026

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no art. 21, § 2º, da Lei nº 8.077, de 07 de janeiro de 2004 – Plano de Carreira e Cargos de Apoio Técnico Administrativo do Ministério Público,

RESOLVE:

Aprovar a Progressão Funcional da servidora LILIAN KEYTH PINHEIRO FALCÃO DEARAÚJO, Matrícula nº 1071396, Analista Ministerial - Área: Direito, integrante do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público Estadual, passando da Classe C, Padrão 13 para a Classe C, Padrão 14, devendo ser considerado a partir de 23 de janeiro de 2026, tendo em vista o que consta do Processo nº 19.13.0140.0004224/2026-51.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno e Diário Eletrônico do Ministério Público.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
(Assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, Procurador Geral de Justiça, em 03/02/2026, às 10:59, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

COMUNICADO

Comunicado nº 3/2026 – GPGJ/CCICMP

COMUNICADO SOBRE O SORTEIO PARA PROVA ORAL E DE TRIBUNA
EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

O INSTITUTO AOCP, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente COMUNICADO SOBRE O SORTEIO PARA A PROVA ORAL E PARA A PROVA DE TRIBUNA, referente ao Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2025, nos termos das condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, conforme segue:

Art. 1º O sorteio da ordem de comparecimento dos candidatos para as Provas Oral e de Tribuna será realizado no dia 04 de fevereiro de 2026, às 08h00min, com transmissão ao vivo no canal do Instituto AOCP na plataforma YouTube, por meio do link de acesso público:

<https://youtube.com/live/XKW2wy2eSwI?feature=share>.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

I – Para o sorteio, serão utilizados os números constantes da coluna “NÚMERO PARA SORTEIO” do ANEXO I deste Edital, que identificam individualmente cada candidato.

II – O resultado do sorteio será devidamente publicado no endereço eletrônico do Instituto AOCF (www.institutoaocf.org.br) e a gravação da transmissão ficará disponível no canal do Instituto AOCF na plataforma YouTube.

Art. 2º O sorteio do ponto de sustentação oral da Prova de Tribuna será realizado no dia anterior à aplicação da prova, de forma on-line, por meio de link de acesso a ser disponibilizado aos candidatos, no canal do Instituto AOCF na plataforma YouTube.

I – Para o sorteio, serão utilizados os pontos constantes do ANEXO II deste Edital. Cada candidato terá um ponto sorteado individualmente, que será objeto da sustentação oral na Prova de Tribuna.

II – O resultado do sorteio será devidamente publicado no endereço eletrônico do Instituto AOCF (www.institutoaocf.org.br) e a gravação da transmissão ficará disponível em endereço eletrônico a ser oportunamente divulgado.

Art. 3º O sorteio do ponto de arguição da Prova Oral será realizado no início de cada turno correspondente à aplicação da prova aos candidatos.

I – Para o sorteio, serão utilizados os pontos constantes do ANEXO III deste Edital. Cada candidato terá um ponto sorteado individualmente, que será objeto de arguição na Prova Oral.

Art. 4º Os candidatos que necessitarem de condição especial para a realização da prova deverão formalizar a solicitação até às 12h00 do dia 04/02/2026, por meio do link “Solicitação de Condição Especial para Realização da Prova Oral e de Tribuna”, disponível no endereço eletrônico do Instituto AOCF (www.institutoaocf.org.br), anexando o respectivo laudo que comprove a necessidade. As solicitações serão analisadas e atendidas conforme a viabilidade, assegurando-se a igualdade de condições entre todos os candidatos.

Art. 5º Este Comunicado entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maringá/PR, 03 de fevereiro de 2026.

LILIAN RAVAGNANI CAMILO
Instituto AOCF

ANEXO I		
NÚMEROS PARA SORTEIO DA ORDEM DE COMPARECIMENTO DOS CANDIDATOS		
NÚMERO PARA SORTEIO	NOME	INSCRIÇÃO
1	AFONSO HENRIQUE DE OLIVEIRA FRANKLIN MENDES	6550003696
2	AFONSO MIGUEL PEREIRA DE ARAUJO	6550003394
3	AILK DE SOUZA PINHEIRO	6550000833
4	ALBERT FONTES REZENDE	6550001055
5	ALEXSANDRO SAMENEZES RAMOS DA SILVA	6550003250
6	ALINE KLAYSE DOS SANTOS FONSECA	6550003670
7	ALINE MAFRA DE SOUZA	6550002308
8	ALLAN RODRIGO DIAS MESQUITA	6550003441
9	AMANDA CUNHA FIUZA	6550004175
10	ANA ARCOVERDE VIANA COELHO PERES	6550000494
11	ANA CAROLINA NASCIMENTO MENDES	6550001468
12	ANA JÚLIA RODRIGUES CANEVARI	6550000899
13	ANA KARENINA DE ASSIS ROCHA MUNDIM	6550001368
14	ANA KELLY BASTOS DE OLIVEIRA	6550002961
15	ANA LUIZA ROCHA BRINGEL	6550000958
16	ANA PAULA SOARES DE SOUZA	6550001564
17	ANDERSON DA SILVA FERREIRA	6550003850
18	ANDERSON GOMES BEZERRA	6550000660
19	ANDERSON THIAGO NEVES SILVA	6550002617
20	ANDRÉ AGUIAR TRINDADE	6550001976



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

21	ANDRÉ FELIPE BRAGA AIRES	6550001888
22	ANDRE JONAS DE CAMPOS	6550001241
23	ANDRÉ LUÍS MORELATTO NETO	6550000430
24	ANDRESSA MORAES DE ALMEIDA PORTO	6550003018
25	ANGELITA SAMPAIO DE OLIVEIRA	6550002095
26	ANICLEIA SOUZA DA SILVA	6550003984
27	ANTONIO AUGUSTO COSTA EVERTON JUNIOR	6550000330
28	ANTONIO CARLOS RAMOS JARDIM JUNIOR	6550003774
29	ANTONIO JOSE SANTOS GONCALVES	6550003049
30	ANTONIO LEONARDO SILVA CARNEIRO	6550003682
31	ANTONIO LOPES FILHO	6550003326
32	APOLYANNA DA SILVA LIMA	6550004058
33	ARION RODRIGUES DE PAULA	6550001436
34	ARTHUR DE SOUSA RAMOS	6550004244
35	ARTHUR HOLANDA COSTA LINS	6550000682
36	BARBARA CAPELLATO LOGRADO	6550001049
37	BARBARA KELLY DE ALEXANDRE	6550000613
38	BÁRBARA LAINE BORGES DE AZEVEDO	6550000065
39	BEATRIZ MACHADO GAMELEIRA	6550001372
40	BIANCA STEPHANIE MARTINS GANDRA LAMAS	6550002209
41	BRISA LUARA NERY DOS SANTOS	6550003368
42	BRUNA ANDRADE MOREIRA	6550001877
43	BRUNA DE OLIVEIRA SILVA	6550002436
44	BRUNO CARVALHO TEIXEIRA	6550000301
45	BRUNO DE ALMEIDA FREITAS	6550000163
46	BRUNO DE MATTOS ÁVILA NOLASCO	6550001162
47	BRUNO DE SOUSA LOPES	6550000502
48	CAIO CESAR CARVALHO DE MACEDO VERSIANI	6550001572
49	CAIO MOURA DEHON DA SILVA	6550001016
50	CAMILA ASSUMPÇÃO COSTA GONÇALVES MENDONÇA	6550002466
51	CAMILA MARIA MONTEIRO SILVA	6550001296
52	CAMILA SILVA CRUZ	6550000393
53	CAMILLA ROCHA DE PAULA	6550001820
54	CAMILO MEDEIROS NUNES	6550004714
55	CARLA ISABEL BALDEZ DOS ANJOS	6550002992
56	CARLA TERESA MEDEIROS DOS ANJOS	6550003686
57	CARLOS EDUARDO FRANCA PEREIRA	6550001633



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

58	CARLOS EUGENIO AVILA DE ARRUDA JUNIOR	6550001481
59	CAROLINE CALDAS CORREIA	6550001261
60	CAROLINE DA SILVA TORRAO	6550001032
61	CASSIA SOUSA COSTA	6550001626
62	CESAR TOMAS MIRANDA GONCALVES	6550003216
63	CICERO DA SILVA NETO	6550002561
64	CLOVES LEANDRO DE JESUS NASCIMENTO	6550000310
65	CONCEIÇÃO DE MARIA MIRANDA PEREIRA	6550004306
66	CONRADO JOSÉ NETO DE QUEIROZ REIS	6550000545
67	DANIEL SOUSA DA SILVA	6550003637
68	DANIELA ANTÔNIA NEGRI	6550002326
69	DANIELA GOMES DA SILVA LOPES	6550001369
70	DANIELLE DA SILVA MACHADO	6550002901
71	DARLYSSON LYNIK PEREIRA DE ARAÚJO	6550003226
72	DAVI SARAIVA NORONHA	6550003964
73	DAWIS ALVES DE OLIVEIRA	6550001627
74	DENIS LOPES DO NASCIMENTO	6550000600
75	DENIVAL BARBOZA LIANDRO	6550001827
76	DEYVID ANTÔNIO LOPES CHAVES	6550003563
77	DURVALINO DA SILVA BARROS NETO	6550001501
78	EDUARDA LUDIelly DA SILVA CORTEZ	6550002491
79	EDUARDO DANIEL PEREIRA NETO	6550001203
80	EDUARDO HENRIQUE PRADO CASTILHO	6550000182
81	EDUARDO MARINHO DE BRITO TORRES	6550002537
82	ELIANE FRATANE HENTZY	6550001836
83	ELIEZER LIMA DA SILVA	6550003135
84	ELIMARA APARECIDA FERREIRA MOURA	6550003027
85	EMILIANA REZENDE NETA	6550000283
86	ENELISE BARRETO DE ALMEIDA	6550000206
87	EPAMINONDAS FARIAS ROCHA JUNIOR	6550003320
88	ERIC YUJI CARVALHO YAZAKI	6550001342
89	EVILENE EDUARDA DA SILVA MEDRADO	6550001168
90	FABÍOLA DE JESUS PEREIRA	6550002541
91	FABRICIO CAVALCANTE GUIMARÃES	6550003668
92	FABRICIO QUARESMA DE SOUSA	6550003058
93	FELIPE KLEIN DE MATOS	6550001982
94	FELIPE LEANDRO PODEROSO BISPO DA MOTA	6550003470



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

95	FELIPE MENEZES DE MIRANDA SANTOS	6550002777
96	FELIPE MOREIRA COSTA FORMIGA	6550003045
97	FELIPE STUART SOUZA DE ALMEIDA	6550002341
98	FERNANDA DI PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE	6550002860
99	FERNANDO HENRIQUE BOUÇAS MARTINS	6550000688
100	FRANCISCO DAS CHAGAS SERAFIM DE SOUSA JÚNIOR	6550001171
101	FRANCISCO EDUARDO CAVALCANTE DE FREITAS	6550004189
102	FRANCISCO JOSÉ TIAGO ARAÚJO DE CASTRO	6550002142
103	FRANCISCO MENDES DO VALE JÚNIOR	6550002650
104	GABRIEL FEIL ZANON	6550000691
105	GABRIELA MARTINS LIRA	6550002054
106	GABRIELA MUNIZ DE MOURA	6550002319
107	GEORGE BARBOSA NASCIMENTO	6550003534
108	GEOVAH DE JESUS DE OLIVEIRA	6550002678
109	GERALDO LOPES DA COSTA FILHO	6550000020
110	GERALDO VENDRAMINI FURTADO DO AMARAL	6550003465
111	GERSON MESQUITA DE BRITO	6550002459
112	GERSONILSON SILVA FONSECA	6550003979
113	GILVALDO CANTANHEDE NUNES ECKERT	6550002241
114	GRASIELA MARIA FIDELES LEITE BEZERRA (SUB JUDICE)	6550002253
115	GRAZIELLY VASCONCELOS PRADO FASSI	6550000651
116	GUILHERME GRUNFELD ZENÍCOLA MENDES	6550000408
117	GUILHERME MOREIRA COSTA	6550000938
118	GUILHERME ROCHA ARAUJO	6550002999
119	HÉLIO BORGES CAMPOS	6550002714
120	HERBERTH ALESSANDRO DA CUNHA MACHADO	6550000205
121	HERNAIRA HELENA DO BONFIM LOIOLA	6550004282
122	HUGO AURÉLIO MIRANDA BRITO	6550002838
123	HUGO SANCHES TEIXEIRA DE LIMA	6550000116
124	IGOR GUSTAVO SALES SILVA	6550001145
125	IGOR MANOEL MARTINS BEZERRA	6550000927
126	INALDO OLIVEIRA PIRES	6550001723
127	ISAAC DO NASCIMENTO LEÃO	6550001812
128	ISABELLA SILVEIRA DE CASTRO	6550000419
129	ISIS LOPES TEIXEIRA LIMA	6550003790
130	JAIR EDUARDO ARRUDA GUIMARAES	6550002588
131	JAMILLE DUAILIBE DOUDEMENT	6550002964



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

132	JANAILTON BARROS DE MATOS	6550000335
133	JANIO JOSE ARAGAO PACHECO	6550001184
134	JARDEL FEITOSA	6550004407
135	JEAN GUSTAVO REIS ALGARVES DE SOUZA	6550002172
136	JEANNINE TEIXEIRA COSTA	6550000569
137	JEFFERSON MATHEUS CARVALHO GOMES	6550003224
138	JIEVERSON LIMA DE AZEVEDO	6550002936
139	JOÃO GABRIEL SÁ E GUIMARÃES BARROSO MAGNO	6550003079
140	JOÃO PAULO SANTOS RODRIGUES	6550003623
141	JOÃO PEDRO DE MOURA CARVALHO	6550002238
142	JOÃO VAZ FREIRE FILHO	6550003886
143	JOÃO VICTOR PASSOS PIRES	6550002417
144	JOÃO VITOR DUARTE ALENCAR	6550003606
145	JOÃO VITOR RODRIGUES CARDOSO DE MIRANDA	6550000706
146	JÔNATAN BELARMINO DOS SANTOS SILVA	6550001009
147	JONYELSON GERÔNICO FARIAS E SILVA	6550002797
148	JORGE LEANDRO SHORT FONTES	6550002383
149	JOSÉ ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA	6550002224
150	JOSE DANTAS DA FONSECA JUNIOR	6550004050
151	JOSÉ DE MELO FALCÃO NETO	6550003576
152	JOSE DIAS DE MACEDO JUNIOR	6550002975
153	JOSÉ MENDES DE MELO NETO	6550004277
154	JOSÉ PAULO DINIZ DA SILVA	6550002829
155	JOSÉ VINÍCIUS BEZERRA BARROSO DA SILVA	6550003478
156	JOSEMAR RAFAEL CUNHA FILHO	6550000666
157	JOSUÉ ELIAS DE SANTANA	6550001180
158	JUAN CARLOS AGUILAR	6550000680
159	JUAREZ ARAUJO PAVÃO FILHO	6550002195
160	JULIANA DE SOUSA SOARES	6550001000
161	JULIANA NEIVA MIRANDA	6550001076
162	JULIANY TEIXEIRA LISBOA	6550003713
163	JULIO CESAR LAGO SARAIVA	6550003464
164	JÚLIO CÉSAR OLIVEIRA LIMA FILHO	6550004100
165	JULIO RIBEIRO DE AMORIM NETO	6550001197
166	KAMYLÁ HELENY TITARA MARTINS	6550000139
167	KARL ALBERT SANTOS DE LIMA	6550003723
168	KARLA THAIS SILVA SOBRINHO	6550001650



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

169	KAROLINE ROMANO	6550000074
170	KILVIA LEIDIANE SILVA FREIRE	6550001725
171	LAECIO SOARES DE BRITO	6550000130
172	LAÍS RACKEL DE SÁ COSTA	6550003354
173	LARISSA CERQUEIRA SILVA	6550003815
174	LAYLA DANIELLE LIMA SANTOS	6550003858
175	LÉO VITOR TRAVESSA DE ABREU	6550000158
176	LEONARDO ALEXANDRE MARTINS DA COSTA	6550002133
177	LEONARDO MEIRELES NAPOLEÃO LIMA DE CARVALHO	6550001449
178	LETÍCIA DE KÁRCIA FREITAS NUNES	6550001252
179	LETÍCIA DE SOUSA MESSIAS	6550003256
180	LETÍCIA DRUMOND	6550000333
181	LEVI OLIVEIRA GONÇALVES DE MELO	6550000059
182	LINCOLLIN FERREIRA GUEDES	6550002703
183	LUANA SOIDO TEIXEIRA E SILVA	6550001838
184	LUARA CRISTINA DOS SANTOS REIS	6550000462
185	LUCAS DONATO PRIMO COSTA	6550000046
186	LUCAS GONÇALVES ALENCAR	6550000886
187	LUCAS HENRIQUE DE ALMEIDA CARVALHO	6550001920
188	LUCAS LOSADA BENEVIDES	6550000039
189	LUCAS ROCHA MACHADO	6550003073
190	LUCAS SILVEIRA DO REGO PINTO	6550003437
191	LUCAS TEODOSIO VALÉRIO GOMES	6550000425
192	LUCIANO JOSÉ ANDRADE CARVALHO	6550000787
193	LÚCIO DE BARROS BRANCO CAJUEIRO	6550001681
194	LUDMILLA DOS ANJOS PEREIRA	6550000040
195	LUIS FELIPE SILVA CORREA	6550003900
196	LUIS FILIPE DE BARROS MELO	6550002309
197	LUIZ DE CARVALHO LEAL NETO	6550002257
198	LUIZ FELIPE AZEVEDO FERREIRA	6550001400
199	MAÍRA NARDY MOURA FÉ	6550001717
200	MARA RUBIA SOUSA SILVA	6550003047
201	MARCELA CALVENTE	6550002297
202	MARCELA DONATELLI DO CARMO	6550000912
203	MARCOS ANTONIO BEZERRA	6550002796
204	MARCOS VINÍCIUS BOAES MACÊDO	6550001427
205	MARIA CAROLINA SOUSA CASTELO BRANCO	6550003445



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

206	MARIA CELESTE LEITE VELOSO	6550003990
207	MARIA ISABEL PIRES RAMALHO	6550003930
208	MARIA JÚLIA ALVES BORGES LIMA	6550002247
209	MARIA VITORIA DE ARAUJO SOARES GUIMARÃES	6550003814
210	MARIANA LUCENA SOUSA SANTOS	6550003129
211	MARIO JOSE GOMES DE MELO SILVA	6550000131
212	MARISA BEZERRA CORTÊS NASCIMENTO	6550000314
213	MATHEUS ANTÔNIO COUTINHO DE OLIVEIRA ANDRADE	6550003325
214	MATHEUS CAZECA OLIVEIRA FERREIRA	6550001246
215	MATHEUS HASENCLEVER BORGES SANTOS	6550002249
216	MATHEUS RAVI RODRIGUES DA SILVA	6550000090
217	MATHEUS TARCHETTI PEIXOTO	6550002559
218	MATTHEUS ARAÚJO TEIXEIRA	6550002373
219	MAURILIO GOBATTI DE MATTOS JUNIOR	6550002400
220	MAXIMIANO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE NETO	6550002653
221	MAYCON RAULINO COELHO	6550003293
222	MELINA MIE MOREIRA SUGAI	6550001116
223	MELQUIZEDECK MONTEIRO MELO	6550003187
224	MICHAEL JOHN DIAS FREIRE	6550002243
225	MICHEL ESTEVAM SIQUEIRA LISBOA	6550003315
226	MICHELE RODRIGUES COSTA	6550004125
227	MILANA DE CASTRO CHAVES	6550001027
228	MILTON DA PAZ ARAGAO JUNIOR	6550001327
229	MIRELLA RAÍZA MODESTO DE ALCÂNTARA	6550003283
230	MONICA DA SILVA	6550000367
231	MORGANA AMIN DA ROCHA	6550003041
232	MYLENA PRADO PRIVADO	6550000026
233	OHANA BEATRIZ NASCIMENTO FARHAT	6550000918
234	OLINDA LOBÃO DIAS	6550000404
235	PABLO ROMÁRIO SOUSA MELO	6550001666
236	PALOMA LIMA DE ANDRADE ALENCAR	6550000083
237	PAULO MATHEUS FIGUEIREDO DE PAULA	6550000677
238	PAULO SERGIO COSTA RIBEIRO JUNIOR	6550001311
239	PEDRO HENRIQUE GONCALVES CLEMENTINO	6550003896
240	POLLYANNA CRYSTYNA PEREIRA BORGES GOMES	6550003751
241	RAFAEL RIBEIRO CALDEIRA ROCHA	6550002239
242	RAFAEL SILVA DE MEDEIROS	6550003026



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

243	RAFAEL SOUSA LANDI	6550000317
244	RANI GOMES GEDEON	6550000561
245	RAUL CAMPOS SILVA PINHEIRO	6550003181
246	RAYLLA DA CONCEIÇÃO SILVA	6550003746
247	REBECCA BANDEIRA DOS SANTOS	6550003830
248	RENATA ALEXANDRE LINS	6550003673
249	RENATO PEREIRA DE ABREU NETO	6550003185
250	RHAYNNER JUNIO COSTA SANTOS	6550004558
251	RHELBER GUIMARÃES BRAZ	6550000488
252	ROBERTO DE OLIVEIRA ALMEIDA	6550002174
253	ROBERTO SANTOS MURAD	6550001011
254	ROBSON DA SILVA MENDES	6550000168
255	RODOLFO DUARTE GIURIZATTO	6550000037
256	RODRIGO DIAS CARVALHO	6550000546
257	RODSON FERNANDO SILVA DE SOUZA	6550001128
258	ROGERIO MARCOS MILHOMEM SILVA	6550002485
259	ROGERIO SEIBERT DE CARVALHO	6550004132
260	ROMULO MARTINS DOS SANTOS	6550000843
261	RONALD BEZERRA DE OLIVEIRA	6550002581
262	RONNYBERG SOUSA E SILVA	6550002662
263	ROSA LINA DE SOUSA MOURA SANTOS	6550003179
264	SAMANDA PEREIRA SANTOS	6550000410
265	SAMARA DE SIQUEIRA PEREIRA	6550003144
266	SAMUEL DA CRUZ MOURA MESQUITA	6550002905
267	SAMUEL DE ALMEIDA SALES	6550003688
268	SARAH SOARES DE OLIVEIRA	6550000700
269	SEBASTIÃO FONSECA SILVA JÚNIOR	6550001783
270	SILVIO KLEBER ARAUJO SOARES JUNIOR	6550003757
271	TAIS MAIA SILVA	6550001060
272	TARSÍLIO FARIAS DA SILVA MAIA	6550002091
273	TATIANA DANTAS FRANÇOSO	6550004649
274	TATIANE BEZERRA AZEVEDO	6550002163
275	TERESA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA VIANA	6550000331
276	THAÍS FABIANE JANSEN DE SÁ FERREIRA	6550001301
277	THAIS SOUZA DOS SANTOS	6550002391
278	THAYSE MICHELLE OLIVEIRA FREITAS	6550001088
279	THIAGO BOMFIM DA SILVA	6550001844



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

280	THIAGO FRANCO FREITAS DA SILVA	6550002137
281	THIAGO WANDERSON DE MORAES PEREIRA	6550003538
282	THUANNE GONCALVES DIAS	6550004262
283	TIAGO SOARES MENDES	6550004171
284	TOMAS BRAGA PARROT	6550002240
285	VANDERSON SILVA SANTANA	6550002254
286	VANESSA BAGANO DE BRITO	6550002741
287	VICTOR CORREIA D AMORIM	6550002906
288	VICTOR HUGO FERREIRA LIMA	6550002979
289	VILLY GUIMARÃES COSTA BORGES	6550001081
290	VITOR CHOCRON MIRANDA	6550003856
291	WALBER POMPEU ANASTÁCIO	6550002694
292	WALDNEY NEVES DA SILVA DE OLIVEIRA	6550001156
293	WASHINGTON LUIZ FERNANDES AIRES FILHO	6550002110
294	WILLIAN DA SILVA MAGALHÃES	6550001580
295	WILSON MACENA DA SILVA	6550003361
296	WLISSES BRUNO DA SILVA FELIPE	6550001762
297	WYLLAMES ALEXANDRE SILVA SANTOS	6550003451

ANEXO II PONTOS PARA SORTEIO DA PROVA DE TRIBUNA

PONTO 001	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E RESERVA LEGAL: FUNDAMENTOS, DESDOBRAMENTOS E LIMITES.
PONTO 002	GARANTISMO PENAL: O MODELO DE LUIGI FERRAJOLI E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.
PONTO 003	INTERPRETAÇÃO DA NORMA PENAL: ANALOGIA E INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO.
PONTO 004	NORMA PENAL EM BRANCO: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E O PROBLEMA DA RETROATIVIDADE BENÉFICA DO COMPLEMENTO.
PONTO 005	CONFLITO APARENTE DE NORMAS: PRINCÍPIOS DA ESPECIALIDADE, SUBSIDIARIEDADE, CONSUNÇÃO E ALTERNATIVIDADE.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 006	LEI PENAL NO TEMPO: <i>ABOLITIO CRIMINIS</i> , <i>NOVATIO LEGIS IN MELLIUS</i> E A ULTRATIVIDADE DA LEI TEMPORÁRIA.
PONTO 007	LEI PENAL NO ESPAÇO: TERRITORIALIDADE, EXTRATERRITORIALIDADE E A EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA.
PONTO 008	IMUNIDADES DIPLOMÁTICAS E PARLAMENTARES: NATUREZA JURÍDICA E REFLEXOS NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.
PONTO 009	CONTAGEM DE PRAZOS EM DIREITO PENAL <i>VS.</i> PROCESSO PENAL E FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS DA PENA.
PONTO 010	O PARADIGMA CONSTITUCIONAL DO DIREITO PENAL: PROIBIÇÃO DE EXCESSO E DE PROTEÇÃO INSUFICIENTE.
PONTO 011	CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME: EVOLUÇÃO HISTÓRICA.
PONTO 012	TEORIA DA AÇÃO E DA CONDUTA: CAUSAS QUE EXCLUEM A AÇÃO.
PONTO 013	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE: TEORIA DA EQUIVALÊNCIA DOS ANTECEDENTES E CONCAUSAS SUPERVENIENTES.
PONTO 014	TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA: ROXIN <i>VS.</i> JAKOBS (CRIAÇÃO DE RISCO E ÂMBITO DE PROTEÇÃO DA NORMA).
PONTO 015	TIPO PENAL: ELEMENTOS OBJETIVOS, SUBJETIVOS E NORMATIVOS. TIPOS ABERTOS E FECHADOS.
PONTO 016	TEORIA DA CONGRUÊNCIA E ATIPICIDADE.
PONTO 017	DOLO: TEORIAS E ESPÉCIES.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 018	CULPA: ELEMENTOS, MODALIDADES E ESPÉCIES. DISTINÇÃO ENTRE CULPA CONSCIENTE E DOLO EVENTUAL.
PONTO 019	CRIME CULPOSO: PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E VIOLAÇÃO DO DEVER DE CUIDADO OBJETIVO.
PONTO 020	PRETERDOLO E CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO: RESPONSABILIDADE PENAL E NEXO.
PONTO 021	CRIME OMISSIVO PRÓPRIO E IMPRÓPRIO (A FIGURA DO GARANTE).
PONTO 022	<i>ITER CRIMINIS</i> : ATOS PREPARATÓRIOS, EXECUTÓRIOS E CONSUMAÇÃO.
PONTO 023	TENTATIVA: NATUREZA JURÍDICA, TEORIAS E CRITÉRIO DE REDUÇÃO DA PENA.
PONTO 024	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ: NATUREZA JURÍDICA E A "PONTE DE OURO".
PONTO 025	ARREPENDIMENTO POSTERIOR: REQUISITOS E REPARAÇÃO DO DANO.
PONTO 026	CRIME IMPOSSÍVEL E DELITO PUTATIVO: TEORIAS E TRATAMENTO LEGAL.
PONTO 027	ESTADO DE NECESSIDADE: REQUISITOS, TEORIAS E O PERIGO CAUSADO POR TERCEIRO.
PONTO 028	LEGÍTIMA DEFESA: REQUISITOS, A QUESTÃO DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA (STF) E O EXCESSO.
PONTO 029	ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 030	CONSENTIMENTO DO OFENDIDO: NATUREZA JURÍDICA E BENS DISPONÍVEIS.
PONTO 031	TEORIA DA ADEQUAÇÃO SOCIAL E PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: CRITÉRIOS DO STF.
PONTO 032	CULPABILIDADE: ELEMENTOS, TEORIAS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.
PONTO 033	IMPUTABILIDADE PENAL: CRITÉRIOS BIOPSIOLÓGICOS E A SEMI-IMPUTABILIDADE.
PONTO 034	<i>ACTIO LIBERA IN CAUSA</i> : EMBRIAGUEZ PREORDENADA E RESPONSABILIDADE OBJETIVA PENAL.
PONTO 035	POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE: TEORIA LIMITADA VS. EXTREMA DA CULPABILIDADE.
PONTO 036	ERRO DE TIPO (ESSENCIAL E ACIDENTAL): ERRO SOBRE A PESSOA E <i>ABERRATIO ICTUS</i> .
PONTO 037	ERRO DE PROIBIÇÃO: DIRETO E INDIRETO (DESCRIMINANTE PUTATIVA).
PONTO 038	ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO.
PONTO 039	COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA.
PONTO 040	INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA COMO CAUSA SUPRALEGAL DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE.
PONTO 041	CONCURSO DE AGENTES: TEORIAS, REQUISITOS E NATUREZA JURÍDICA.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 042	AUTORIA E PARTICIPAÇÃO: TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO I/S. CRITÉRIO OBJETIVO-FORMAL.
PONTO 043	AUTORIA MEDIATA E AUTORIA COLATERAL.
PONTO 044	COMUNICABILIDADE DE CIRCUNSTÂNCIAS E ELEMENTARES.
PONTO 045	DELAÇÃO PREMIADA E COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA.
PONTO 046	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: REGIMES E DETRAÇÃO PENAL.
PONTO 047	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO: REQUISITOS, ESPÉCIES E CONVERSÃO.
PONTO 048	PENA DE MULTA: FIXAÇÃO, EXECUÇÃO E INADIMPLEMENTO.
PONTO 049	DOSIMETRIA DA PENA: CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CP.
PONTO 050	AGRAVANTES E ATENUANTES: CONCURSO DE CIRCUNSTÂNCIAS, PREPONDERÂNCIA E REINCIDÊNCIA.
PONTO 051	CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO DE PENA E FRAÇÕES DE APLICAÇÃO.
PONTO 052	CONCURSO MATERIAL, CONCURSO FORMAL E CRIME CONTINUADO.
PONTO 053	MEDIDAS DE SEGURANÇA: NATUREZA JURÍDICA, PRESSUPOSTOS E REFORMA ANTIMANICOMIAL.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 054	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE: CAUSAS, EFEITOS E NATUREZA DA SENTENÇA.
PONTO 055	PRESCRIÇÃO PENAL: ESPÉCIES, MARCOS INTERRUPTIVOS E SUSPENSIVOS.
PONTO 056	PRESCRIÇÃO RETROATIVA E INTERCORRENTE: CÁLCULO E JURISPRUDÊNCIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA NO STF.
PONTO 057	PERDÃO JUDICIAL: NATUREZA JURÍDICA E HIPÓTESES.
PONTO 058	AÇÃO PENAL: ESPÉCIES, PRINCÍPIOS E CONDIÇÕES DE PROCEDIBILIDADE.
PONTO 059	LIVRAMENTO CONDICIONAL: REQUISITOS E CAUSAS DE REVOGAÇÃO.
PONTO 060	HOMICÍDIO: QUALIFICADORAS, PRIVILÉGIO E FEMINICÍDIO.
PONTO 061	CRIMES CONTRA A HONRA: CALÚNIA, DIFAMAÇÃO E INJÚRIA.
PONTO 062	FURTO: QUALIFICADORAS E O REPOUSO NOTURNO. ROUBO: DISTINÇÕES, MAJORANTES E O LATROCÍNIO.
PONTO 063	ESTELIONATO: REQUISITOS E ALTERAÇÃO NA NATUREZA DA AÇÃO PENAL.
PONTO 064	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL: ESTUPRO DE VULNERÁVEL E A RELATIVIZAÇÃO DO CONSENTIMENTO.
PONTO 065	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA: FALSIDADE IDEOLÓGICA E DOCUMENTAL.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 066	CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL.
PONTO 067	CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA: DISTINÇÕES E CONSUMAÇÃO.
PONTO 068	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA E FALSO TESTEMUNHO.
PONTO 069	CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.
PONTO 070	CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: ABOLIÇÃO VIOLENTA E ATENTADO À SOBERANIA.
PONTO 071	CRIMES HEDIONDOS: ROL TAXATIVO, REGIME JURÍDICO E PROGRESSÃO DE REGIME.
PONTO 072	LEI DE DROGAS: POSSE PARA CONSUMO E DESPENALIZAÇÃO.
PONTO 073	TRÁFICO DE DROGAS: O PRIVILÉGIO E TRÁFICO TRANSNACIONAL.
PONTO 074	LEI MARIA DA PENHA: FORMAS DE VIOLÊNCIA E CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS.
PONTO 075	ABUSO DE AUTORIDADE: DOLO ESPECÍFICO E SUJEITOS ATIVOS.
PONTO 076	ESTATUTO DO DESARMAMENTO: POSSE E PORTE DE ARMA DE FOGO.
PONTO 077	ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: CONCEITO E TIPOS PENAIIS.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 078	COLABORAÇÃO PREMIADA: ASPECTOS MATERIAIS E O PACOTE ANTICRIME.
PONTO 079	LAVAGEM DE DINHEIRO: AS TRÊS GERAÇÕES DE LEIS DE LAVAGEM.
PONTO 080	CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO: AUTOLAVAGEM E A AÇÃO PENAL 470/STF E GERAÇÕES DAS LEIS DE LAVAGEM.
PONTO 081	CRIMES AMBIENTAIS: RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA.
PONTO 082	INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO: CONCEITO, CRITÉRIOS MATERIAIS E EFEITOS DA COMPOSIÇÃO CIVIL DOS DANOS.
PONTO 083	CRIMES DE TRÂNSITO: EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E HOMICÍDIO CULPOSO.
PONTO 084	CRIMES NO ECA E EXPLORAÇÃO SEXUAL.
PONTO 085	LEI DE TORTURA: ESPÉCIES E OMISSÃO DA AUTORIDADE.
PONTO 086	INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA: CONDUTAS TIPIFICADAS, LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.
PONTO 087	CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.
PONTO 088	LEI DE EXECUÇÃO PENAL: FALTAS GRAVES E RDD.
PONTO 089	CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR E RELAÇÕES DE CONSUMO.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 090	CRIMES TRIBUTÁRIOS: SÚMULA VINCULANTE 24 DO STF.
PONTO 091	CRIMES FALIMENTARES: TIPICIDADE E PUNIBILIDADE.
PONTO 092	CRIMES DE RACISMO E A EQUIPARAÇÃO DA HOMOFOBIA.
PONTO 093	INJÚRIA RACIAL: A EQUIPARAÇÃO AO CRIME DE RACISMO.
PONTO 094	LEI ANTITERRORISMO.
PONTO 095	LEI DE TRANSPLANTES E REMOÇÃO DE ÓRGÃOS.
PONTO 096	LEI ANTICORRUPÇÃO E INTERFACES COM O DIREITO PENAL.
PONTO 097	VITIMOLOGIA: DIREITO DAS VÍTIMAS E RECOMENDAÇÃO DO CNMP.
PONTO 098	CADEIA DE CUSTÓDIA: PRESERVAÇÃO DA PROVA E SUA RELAÇÃO COM OS CRIMES DE PREVARICAÇÃO, FRAUDE PROCESSUAL E ABUSO DE AUTORIDADE.
PONTO 099	CONTRAVENÇÕES PENAIS VS CRIMES: VIGÊNCIA E ESPECIFICIDADES. CONSTITUCIONALIDADE DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS E O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA.
PONTO 100	CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS E VEREADORES.
PONTO 101	O CONCEITO MATERIAL DE CRIME COMO LIMITE À ATIVIDADE LEGIFERANTE NO ÂMBITO PENAL.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 102	O CONCEITO ANALITICO DE CRIME E O CÓDIGO PENAL.
PONTO 103	A PESSOA JURIDICA COMO SUJEITO ATIVO DE CRIME.
PONTO 104	A CULPABILIDADE INSERIDA NO SUPRACONCEITO DE RESPONSABILIDADE.
PONTO 105	O DOLO NA CONCEPÇÃO SIGNIFICATIVA DA AÇÃO.
PONTO 106	O CRIME TRIBUTÁRIO COMO ANTECEDENTE DO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO.
PONTO 107	A RETROATIVIDADE DE MODIFICAÇÕES JURISPRUDENCIAIS <i>IN MALAM PARTEM</i> .
PONTO 108	MANDADOS CONSTITUCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO E OMISSÃO DO LEGISLADOR ORDINÁRIO.
PONTO 109	TEORIA DA <i>ACTIO LIBERA IN CAUSA</i> .
PONTO 110	SISTEMAS PROCESSUAIS PENAI: O SISTEMA ACUSATÓRIO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO "PACOTE ANTICRIME". O PAPEL DO JUIZ DAS GARANTIAS.
PONTO 111	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: O IMPACTO DO PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA E DO PACTO DE NOVA IORQUE NO PROCESSO PENAL. O PRINCÍPIO DO <i>FAVOR REI</i> E A PROTEÇÃO AO ACUSADO.
PONTO 112	GARANTISMO PENAL E PROCESSUAL: A APLICAÇÃO DA TEORIA DE LUIGI FERRAJOLI NO DIREITO BRASILEIRO. LIMITES ÉTICOS E JURÍDICOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL.
PONTO 113	LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO: PRINCÍPIO DO <i>TEMPUS REGIT ACTUM</i> E AS NORMAS DE NATUREZA HÍBRIDA (HETEROTÓPICAS).



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 114	IMUNIDADES PROCESSUAIS E PRERROGATIVA DE FORO: A ABRANGÊNCIA ATUAL DA PRERROGATIVA DE FORO ESPECIAL EM RAZÃO DA FUNÇÃO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STF.
PONTO 115	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO INVESTIGADOR: A LEGITIMIDADE DO PODER INVESTIGATÓRIO DO MP. O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL.
PONTO 116	PRINCÍPIO ACUSATÓRIO E SUJEITOS PROCESSUAIS: O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO PARTE E COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA. EFEITOS DA UNIDADE E INDIVISIBILIDADE INSTITUCIONAL NO PROCESSO.
PONTO 117	JUSTIÇA CONSENSUAL E AÇÃO PENAL PRIVADA: A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A PROPOSITURA DE SOLUÇÕES NEGOCIADAS EM CASOS DE AÇÃO PENAL PRIVADA.
PONTO 118	O JUIZ NO PROCESSO PENAL: DEVERES JUDICIAIS, IMPARCIALIDADE E SISTEMAS DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO. O JUIZ DAS GARANTIAS <i>VS.</i> JUIZ DA INSTRUÇÃO.
PONTO 119	ASSISTÊNCIA DE ACUSAÇÃO E DIREITOS DA VÍTIMA: O PAPEL DO ASSISTENTE E A EVOLUÇÃO DO DIREITO DAS VÍTIMAS NO PROCESSO PENAL CONTEMPORÂNEO.
PONTO 120	INQUÉRITO POLICIAL: NATUREZA JURÍDICA, CARACTERÍSTICAS E VALOR PROBATÓRIO. O SIGILO <i>VS.</i> A SÚMULA VINCULANTE 14 DO STF.
PONTO 121	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP): REQUISITOS, NATUREZA JURÍDICA E CONTROLE JUDICIAL. O IMPACTO DO ART. 28-A DO CPP NA DEFLAÇÃO DO SISTEMA CRIMINAL.
PONTO 122	IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL: ASPECTOS PROCESSUAIS E CONSTITUCIONAIS DA IDENTIFICAÇÃO POR PERFIL GENÉTICO.
PONTO 123	AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE E A RESOLUÇÃO 213/2015, DO CNJ. O ENFRENTAMENTO À TORTURA E MAUS-TRATOS.
PONTO 124	ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL: O NOVO SISTEMA DE ARQUIVAMENTO E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.
PONTO 125	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA: CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO E MODIFICAÇÃO. <i>PERPETUATIO JURISDICTIONIS.</i>



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 126	AÇÕES PENAIS ORIGINÁRIAS E DUPLO GRAU: O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO EM TRIBUNAIS E A COMPATIBILIZAÇÃO COM O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.
PONTO 127	CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL: CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS. JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL.
PONTO 128	AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i> : NATUREZA JURÍDICA, COMPETÊNCIA E A EXECUÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA NO JUÍZO CÍVEL.
PONTO 129	QUESTÕES PREJUDICIAIS E INCIDENTES: QUESTÕES HOMOGÊNEAS E HETEROGÊNEAS. O INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO.
PONTO 130	SISTEMAS DE VALORAÇÃO DA PROVA: O LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO E A PROIBIÇÃO DA ÍNTIMA CONVICÇÃO. ÔNUS DA PROVA E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.
PONTO 131	CADEIA DE CUSTÓDIA: ETAPAS E AS CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS PENAIS DA SUA QUEBRA.
PONTO 132	PROVAS ILÍCITAS: TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA E SUAS EXCEÇÕES.
PONTO 133	INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA: REQUISITOS E A JURISPRUDÊNCIA SOBRE SUCESSIVAS RENOVAÇÕES.
PONTO 134	ENCONTROS FORTUITOS DE PROVA: A VALIDADE DO CONHECIMENTO FORTUITO EM CONTRAPOSIÇÃO AO CONHECIMENTO DE INVESTIGAÇÃO.
PONTO 135	BUSCA E APREENSÃO DIGITAL: MODALIDADES E LIMITES NA OBTENÇÃO DE ELEMENTOS DE PROVA EM DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS E NA NUVEM.
PONTO 136	SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL E O SISTEMA ANTILAVAGEM: A UTILIZAÇÃO DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA DO COAF COMO MEIO DE PROVA.
PONTO 137	PROVA TESTEMUNHAL E PROTEÇÃO: A LEI 9.807/1999 E O DEPOIMENTO SEM DANO. LIMITES ÉTICOS DO INTERROGATÓRIO.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 138	PRISÃO EM FLAGRANTE: NATUREZA JURÍDICA, ESPÉCIES E CONTROLE JUDICIAL. A FIGURA DO FLAGRANTE PREPARADO <i>V/S.</i> ESPERADO.
PONTO 139	PRISÃO PREVENTIVA: PRESSUPOSTOS, REQUISITOS E O DEVER DE REVISÃO PERIÓDICA.
PONTO 140	MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO: O BINÔMIO NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO.
PONTO 141	PRISÃO TEMPORÁRIA: REQUISITOS DA LEI Nº 7.960/89 E A NOVA INTERPRETAÇÃO DO STF.
PONTO 142	LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA: VEDAÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA E A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL NOS CRIMES HEDIONDOS E NO TRÁFICO DE DROGAS.
PONTO 143	MEDIDAS ASSECURATÓRIAS: SEQUESTRO, HIPOTECA LEGAL E ARRESTO. A GESTÃO DE BENS APREENDIDOS.
PONTO 144	PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO: ESTRUTURA, PRAZOS E A ORDEM DOS ATOS NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.
PONTO 145	TRIBUNAL DO JÚRI. <i>JUDICIUM ACCUSATIONIS</i> . DECISÕES DE PRONÚNCIA, IMPRONÚNCIA, ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA E DESCLASSIFICAÇÃO.
PONTO 146	TRIBUNAL DO JÚRI. <i>JUDICIUM CAUSAE</i> . QUESITAÇÃO, SOBERANIA DOS VEREDICTOS E O RECURSO CONTRA A DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. A CONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA.
PONTO 147	<i>EMENDATIO LIBELLI</i> E <i>MUTATIO LIBELLI</i> : DISTINÇÕES, LIMITES E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO.
PONTO 148	SENTENÇA CRIMINAL: DEFINIÇÃO E ESTRUTURA. A COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL NO PROCESSO PENAL.
PONTO 149	TEORIA DAS NULIDADES: PRINCÍPIO DA <i>PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF</i> . DIFERENCIAÇÃO ENTRE NULIDADE ABSOLUTA, RELATIVA E INEXISTÊNCIA.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 150	TEORIA GERAL DOS RECURSOS: PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE, EFEITOS E PROIBIÇÃO DA <i>REFORMATIO IN PEJUS</i> .
PONTO 151	APELAÇÃO E RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: CABIMENTO, PROCESSAMENTO E HIPÓTESES DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO.
PONTO 152	RECURSOS DE ESTRITO DIREITO: RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO. O PREQUESTIONAMENTO E O ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.
PONTO 153	<i>HABEAS CORPUS</i> E REVISÃO CRIMINAL: NATUREZA JURÍDICA, HIPÓTESES DE CABIMENTO E SEU USO COMO SUBSTITUTIVO RECURSAL.
PONTO 154	EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA: A MEDIDA DE SEGURANÇA DETENTIVA SOB A ÓTICA DA LEI ANTIMANICOMIAL E O FECHAMENTO DOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA.
PONTO 155	INCIDENTES DE EXECUÇÃO PENAL: PROGRESSÃO DE REGIME, LIVRAMENTO CONDICIONAL E REMIÇÃO DE PENA. A FALTA GRAVE E SEUS EFEITOS.
PONTO 156	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: MEIOS ESPECIAIS DE OBTENÇÃO DE PROVA.
PONTO 157	JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: CRITÉRIO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. TRANSAÇÃO PENAL E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.
PONTO 158	TRIBUNAL DO JÚRI: DESCLASSIFICAÇÃO PRÓPRIA E IMPRÓPRIA.
PONTO 159	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: LEI DE DROGAS E CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.
PONTO 160	A EXECUÇÃO DE MEDIDA DE SEGURANÇA DETENTIVA E A LEI ANTIMANICOMIAL.
PONTO 161	AS CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS PENAIS DA QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 162	A IDENTIFICAÇÃO DE PERFIL GENÉTICO.
PONTO 163	A NATUREZA JURIDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA.
PONTO 164	MODALIDADES DE BUSCA E APREENSÃO DE ELEMENTOS DE PROVAS DIGITAIS.
PONTO 165	AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA E DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.
PONTO 166	A ABRANGÊNCIA DA PRERROGATIVA DE FORO ESPECIAL EM RAZÃO DA FUNÇÃO.
PONTO 167	A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A PROPOSITURA DE SOLUÇÕES NEGOCIADAS NA AÇÃO PENAL PRIVADA.
PONTO 168	OS CONHECIMENTOS FORTUITOS E OS CONHECIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO.
PONTO 169	OS RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF NO SISTEMA ANTILAVAGEM DE DINHEIRO BRASILEIRO
PONTO 170	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: A NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS NA LEI MARIA DA PENHA.

EXAMINADORES DA PROVA DE TRIBUNA

BANCA ALFA:	BANCA BETA:
LEVY EMANUEL MAGNO CRISTIANO DE BARROS SANTOS SILVA	MIGUEL TASSINARI DE OLIVEIRA VINICIUS BRIAN ZEQUIM OKABAYASHI

ANEXO III PONTOS PARA SORTEIO DAS PROVAS ORAIS **PONTO 1**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constitucionalismo e Teoria da Constituição. Poder Constituinte. Emendas Constitucionais: revisão e reforma constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Administração Pública e Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, alterada pela Lei nº 13.853/2011).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

A carreira do Ministério Público: provimento, posse, exercício, estágio probatório, vitaliciamento. Promoções e remoções. Afastamentos e substituições. Tempo de serviço e aposentadoria. Reintegração, reversão e aproveitamento.

Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, atualizado e compilado até Lei Complementar nº 283/2025, LIVRO I e LIVRO III.

DIREITO CIVIL

Fundações. Requisitos. Constituição. Insuficiência de bens. Fiscalização. Alteração dos estatutos. Extinção das fundações e destino dos bens. Atuação do Ministério Público. Registro de atos. Domicílio civil. Espécies. Pluralidade. Domicílio da pessoa jurídica. Domicílio de eleição. Bens. Classificação geral dos bens. Bem de família.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Juiz: poderes, deveres, responsabilidades, impedimentos e suspeição. Ministério Público: perfil constitucional, intervenção como parte, intervenção como fiscal da ordem jurídica, poderes investigatórios, responsabilidades, impedimentos e suspeição. Advocacia pública: regime processual. Defensoria pública: regime processual.

DIREITO FINANCEIRO

Direito financeiro: conceito e objeto. Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema constitucional tributário brasileiro: elementos constitutivos, características e princípios constitucionais tributários.

DIREITO ELEITORAL

Direito Eleitoral: fontes e princípios constitucionais aplicáveis. Justiça Eleitoral: órgãos, composição, competência, funções consultiva e normativa, poder de polícia, organização do eleitorado e divisão da Justiça Eleitoral (circunscrição, zona e seção eleitoral). Ministério Público Eleitoral: órgãos e atribuições.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Teoria Geral do Direito Ambiental. Princípios gerais de Direito Ambiental. Princípios do poluidor pagador, usuário pagador, precaução, prevenção e outros princípios de Direito Ambiental. Meio ambiente e Direitos Humanos. Princípio da proibição de retrocesso. Meio ambiente e sociedade de risco.

Direito Sanitário: O direito à saúde na ordem constitucional. Saúde, direito sanitário e instrumentos legais. Saúde e seguridade social. Lei nº 8.080/1990.

Direito da Criança e do Adolescente: Procedimentos. Disposições gerais. Perda e suspensão do poder familiar. Destituição da tutela. Colocação em família substituta. Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. 10. Recursos.

Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/1990. Fundamentos constitucionais. Relação de consumo. Consumidor. Fornecedor. Produtos e serviços. Conceitos. Fontes do direito do consumidor. Política nacional das relações de consumo. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Objetivos e princípios.

Direito do Idoso: Direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Medidas de proteção.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Participação política, social e cidadania. Direitos fundamentais. Capacidade civil. Direitos de família. Direitos reprodutivos e sexuais. Educação Inclusiva. Ações afirmativas. Capacitismo e violências contra a pessoa com deficiência.

Direito à Educação: Controle social do direito à educação, respectivas políticas públicas e gestão democrática no ensino.

Direitos Humanos: Justiça de transição. Conceito. Mecanismos: justiça, reparações, verdade e não repetição. Anistia. Comissão de Anistia. Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (Decreto nº 7.037/2009). Comissão Nacional da Verdade. Justiça de transição e direitos sociais, econômicos e culturais. Justiça de transição em democracias consolidadas.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

O Estado Moderno. Surgimento e evolução. Organização do Estado. Estado Democrático de Direito. Federação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bens Públicos: conceito, classificação e características. Administração e utilização de bens públicos. Bens públicos em espécie. Inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade dos bens públicos. Patrimônio histórico. Proteção ambiental. Intervenção do Estado na propriedade: função social da propriedade e bem-estar social. Desapropriações. Servidões administrativas. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Intervenção do Estado no domínio econômico.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

As vedações constitucionais. Funções institucionais do Ministério Público. Inquérito civil. Notificações e requisições. Poder de investigação do Ministério Público.

Composição, funcionamento, atribuições e competência dos órgãos do Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL

Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. Reserva mental. Da nulidade e da anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Ratificação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Métodos de resolução dos litígios individuais e coletivos. Mecanismos de autocomposição: negociação, mediação, conciliação, arbitragem, práticas restaurativas e convenções. Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público (Resolução CNMP nº 118/2014). Política Nacional de Incentivo à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro (Recomendação CNMP nº 54/2017).

DIREITO FINANCEIRO

Orçamento público. Conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Espécies e tramitação legislativa. Lei Federal nº 4.320/1964. Fiscalização financeira e orçamentária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Discriminação constitucional de competências tributárias. Repartição de receitas. Limitações constitucionais ao poder de tributar.

DIREITO ELEITORAL

Direito de sufrágio e sistemas eleitorais. Distinção entre sufrágio, voto e escrutínio. Referendo, plebiscito e iniciativa popular. Sistemas eleitorais (majoritário e proporcional).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: O Sistema Único de Saúde, seus princípios e diretrizes norteadores, as atribuições administrativas da União, dos Estados e dos Municípios na garantia do direito à saúde, as condições, critérios e fatores determinantes na organização e planejamento de um Sistema de Saúde. Sistema interfederativo. Lei Federal nº 12.466/2011. Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissão Intergestores Bipartite (CIB), Comissão Intergestores Regionais (CIR). Plano de Saúde, Rede de Atenção à Saúde, Regiões de Saúde, Programação Anual de Saúde e Plano Diretor de Regionalização (PDR). Decreto Federal nº 7.508/2011 e regulamentação administrativa. Planejamento de saúde, assistência à saúde e articulação interfederativa.

Direito da Criança e do Adolescente: Política e organização do atendimento. Linhas de ação e da política de atendimento. Linhas de ação e diretrizes. Municipalização e descentralização. Participação da cidadania e conselhos dos direitos. Entidades e programas de atendimento.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Direito do Consumidor: Tutela administrativa do consumidor. Poder de normatização e de fiscalização do Município, do Distrito Federal, dos Estados e da União. Sanções administrativas. Órgãos administrativos de tutela do consumidor. Lei nº 12.529/2011. Decreto nº 2.181/1997.

Direito do Idoso: Pessoas idosas. Envelhecimento populacional. Direitos fundamentais, autonomia e escuta. Política Nacional do Idoso. Etarismo ou Idadismo. Violências contra a pessoa idosa e suas interseccionalidades.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência e Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência (Portaria GM/MS nº 1.526/2023).

Direito à Educação: Níveis e modalidades de educação e ensino. Planejamento. Planos decenais de educação. Conteúdo dos planos nacional e estadual de educação vigentes.

Direitos Humanos: População carcerária e em cumprimento de pena ou de medida socioeducativa. A pessoa com deficiência auditiva ou visual em privação de liberdade. Direito à assistência e à diversidade religiosa. Direitos da população LGBTQIA+ (Resolução CNJ nº 348/2020). Fiscalização dos parâmetros de acolhimento das pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade.

PONTO 3

DIREITO CONSTITUCIONAL

Normas constitucionais: interpretação, aplicabilidade e eficácia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, atributos e espécies. Mérito administrativo. Ato discricionário e ato vinculado. Controle formal e controle do mérito do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Perfeição, validade, vigência e eficácia dos atos administrativos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

A carreira do Ministério Público: provimento, posse, exercício, estágio probatório, vitaliciamento. Promoções e remoções. Afastamentos e substituições. Tempo de serviço e aposentadoria. Reintegração, reversão e aproveitamento. Competência e incumbência do magistrado de primeiro grau.

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB). Decreto-lei nº 4.657/1942 e alterações da Lei nº 13.655/2018. Pessoa natural. Direitos de Personalidade. Incapacidade absoluta e relativa. Restrições e limitações de direito. Pessoa jurídica. Registro civil das pessoas jurídicas. Sociedades e associações. Dos direitos da personalidade como cláusula geral de proteção à pessoa humana. Direito ao nome, nome social e direito de alteração do nome.

Direito à imagem, à privacidade e à honra. Direitos de personalidade e biografias não autorizadas. *Hate speech* e redes sociais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Procedimento comum: petição inicial e seus requisitos, registro e distribuição, valor da causa, cumulação de pedidos; deferimento, indeferimento e emenda da inicial; improcedência liminar do pedido; audiência de conciliação ou mediação; transação e homologação; citação: conceito, espécies, efeitos. Intimações. Contestação e reconvenção; pedido contraposto; ações dúplices; revelia e seus efeitos; providências preliminares e saneamento; julgamento conforme o estado do processo; saneamento e organização do processo; audiência de instrução e julgamento.

DIREITO FINANCEIRO

Despesa pública: conceito e classificação. Disciplina constitucional dos precatórios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fontes de Direito Tributário. Legislação tributária. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração.

DIREITO ELEITORAL

Partidos Políticos: autonomia, criação, filiação, fidelidade partidária (Resolução TSE nº 22.610/2007) e competência da Justiça Eleitoral. Ação de suspensão de órgão partidário (SOP). Resolução TSE nº 23.662/2021. Lei nº 14.208/2021: federações partidárias.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Política Nacional de Meio Ambiente. Lei nº 6.938/1981. Acesso à informação ambiental: Lei nº 10.650/2003. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Lei nº 12.305/2010. Lei Complementar nº 140/2011. Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Geração de energia elétrica. Mineração.

Direito Sanitário: Política de Saúde Mental no Brasil. Lei nº 10.216/2001. Reforma Psiquiátrica, serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico e o papel do Ministério Público. Parâmetros legais de enfrentamento à drogadição. Resolução nº 487/2023 do CNJ (Política Antimanicomial do Poder Judiciário).

Direito da Criança e do Adolescente: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - Lei nº 12.594/2012. Estatuto da Primeira Infância - Lei nº 13.257/2016.

Direito do Consumidor: Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço (acidente de consumo). Causas excludentes. Responsabilidade do fornecedor pelos vícios do produto e do serviço. Vício e defeito. Responsabilidade do profissional liberal. Causas excludentes. Teoria do desvio produtivo. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta, apresentação e publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Banco de dados e cadastro de consumidores e fornecedores. Lei nº 10.962/2004 e Decreto nº 5.903/2006.

Direito do Idoso: O idoso na Constituição Federal. Política Nacional do Idoso. Estatuto do Idoso. Lei Orgânica da Assistência Social. Código Civil. Código de Processo Civil. Código Penal. Constituição Estadual e legislação estadual. Resolução CNMP nº 154/2016.

Direito das Pessoas com Deficiência: Conselhos Nacional, Estadual e Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Decreto nº 9.404/2018 (reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência).

Direito à Educação: Educação especial inclusiva. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009).

Direitos Humanos: Violência e discriminação em razão de identidade de gênero e orientação sexual. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Atuação do Ministério Público no enfrentamento da violência de gênero e institucional. Direitos da pessoa LGBTQIA+. Direito ao uso do nome social.

PONTO 4

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípio da supremacia constitucional. Desconstitucionalização, recepção e repristinação. Normas constitucionais e inconstitucionais. Inconstitucionalidade: formal, material, originária e superveniente. Controle de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de constitucionalidade da legislação estadual e municipal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Contratos administrativos: conceito, interpretação, espécie do gênero contrato. Características dos contratos administrativos. Modalidades dos contratos administrativos. Formalização e execução dos contratos administrativos. Convênios administrativos.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

As vedações constitucionais. Funções institucionais do Ministério Público. Inquérito civil. Notificações e requisições. Poder de investigação do Ministério Público.

Atribuições, concurso, nomeação e posse dos Serventuários da Justiça. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Resolução-GP nº 14, de 17 de fevereiro de 2021, consolidada e atualizada até a Resolução-GP nº 45, de 20 de março de 2025, LIVRO I – TÍTULO I, LIVRO II – TÍTULOS I e II, LIVRO III – TÍTULOS I, II e III.

DIREITO CIVIL

Decadência. Prescrição. Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. Prazos. Registros Públicos. Registro Civil das pessoas físicas e jurídicas. Registro de Títulos e Documentos. Finalidade. Registros facultativos e obrigatórios. Registro de Imóveis.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O direito processual civil (novo CPC 2015). Jurisdição: conceito, características, escopos e princípios. Jurisdição voluntária. Competência: conceito, critérios e espécies. Competência absoluta e competência relativa. Prorrogação. Prevenção. Perpetuação.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Deslocamento. Conflitos. Ação: conceito, natureza jurídica e suas teorias. Condições da ação. Identificação da ação. Classificação da ação. Direito de defesa. Exceções e objeções materiais e processuais.

DIREITO FINANCEIRO

Receita pública: conceito, ingresso e receitas. Classificação das receitas públicas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Obrigação tributária. Hipóteses de incidência e fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Base de cálculo e alíquota. Responsabilidade tributária e obrigação acessória. Ilícitos decorrentes. Sanções no âmbito do Direito Penal.

DIREITO ELEITORAL

Alistamento Eleitoral: domicílio eleitoral, transferência de domicílio eleitoral e revisão eleitoral. Direitos Políticos: perda ou suspensão. Suspensão de direitos políticos e inelegibilidade. Elegibilidade e inelegibilidade: condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade, momento de aferição e inabilitação para o mandato.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Código Florestal: Lei nº 12.651/2012. Fauna: Lei nº 5.197/1967. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Lei nº 9.985/2000. Política Nacional de Gerenciamento Costeiro: Lei nº 7.661/1988. Agrotóxicos: Lei nº 14.785/2023. Proteção à fauna doméstica e domesticada. Direito dos animais.

Direito Sanitário: O Sistema de Vigilância em Saúde, a importância do serviço de vigilância para a saúde da população, do consumidor e do ambiente. Instrumentos para efetividade das ações de vigilância e proteção da saúde. Portaria nº 2.046/GM - Ministério da Saúde, de 03 de setembro de 2009, que regulamenta o Termo de Ajuste Sanitário (TAS). O controle social, as Conferências de Saúde, os Conselhos de Saúde. Lei nº 8.142/1990. A Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Características institucionais, atribuições e responsabilidades dos Conselhos de Saúde e de seus integrantes.

Direito da Criança e do Adolescente: Lei nº 14.344/2022 - Lei Henry Borel. Medidas de proteção.

Direito do Consumidor: Práticas contratuais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão (Lei nº 11.785/2008). Convenção coletiva de consumo. Garantia legal e contratual.

Direito do Idoso: Políticas públicas, entidades de atendimento e rede protetiva dos direitos da pessoa idosa.

Direito das Pessoas com Deficiência: A proteção judicial dos interesses individuais, coletivos e difusos.

Direito à Educação: Atuação de instituições privadas na seara educacional. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direitos Humanos: A proteção e a defesa dos povos tradicionais. Conceito e espécie. Resolução CNMP nº 230/2021.

PONTO 5

DIREITO CONSTITUCIONAL

A organização do Estado. Teoria geral da separação dos Poderes. Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bens Públicos: conceito, classificação e características. Administração e utilização de bens públicos. Bens públicos em espécie. Inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade dos bens públicos. Patrimônio histórico. Proteção ambiental. Intervenção do Estado na propriedade: função social da propriedade e bem-estar social. Desapropriações. Servidões administrativas. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Intervenção do Estado no domínio econômico.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Órgãos de administração e de execução do Ministério Público. A Administração Superior: órgãos, competências e atribuições. Órgãos auxiliares do Ministério Público.

Divisão Judiciária para efeito da administração da Justiça. Criação e instalação de comarcas.

DIREITO CIVIL

Conceito de obrigações. Classificação das obrigações. Obrigações em relação ao seu vínculo (obrigação civil, moral e natural). Obrigações quanto ao seu objeto (dar, fazer e não fazer). Obrigações em relação à pluralidade de sujeitos (obrigação divisível e



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

indivisível e obrigação solidária). Obrigações quanto ao seu conteúdo (obrigação de meio, resultado e garantia). Efeitos das obrigações. Pagamento. Tempo de pagamento. Lugar do pagamento. Prova de pagamento. Pagamento indevido. Pagamento indireto. Consignação em pagamento. Pagamento com sub-rogação. Dação em pagamento. Novação. Transação. Inexecução das obrigações. Efeitos. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo: conceito e teorias sobre sua natureza jurídica. Garantias e princípios fundamentais do Processo Civil. Pressupostos processuais. Sujeitos do processo. Partes e Procuradores. Capacidade processual. Deveres das partes e dos procuradores. Responsabilidade por dano processual. Sucessão, substituição e representação. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da justiça. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenção voluntária e provocada. Assistência. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. *Amicus curiae*. Outras intervenções.

DIREITO FINANCEIRO

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Crédito tributário: lançamento, suspensão, extinção e exclusão. Garantias e privilégios do crédito tributário.

DIREITO ELEITORAL

Registro de candidatura: convenções partidárias, reserva de gênero, condições de registrabilidade; coligações partidárias (majoritárias e proporcionais) e substituição de candidato.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257/2001. Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei nº 9.433/1997. Parcelamento do solo: Lei nº 6.766/1979. Saneamento: Leis nºs 11.445/2007 e 14.026/2020. Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Tombamento: Decreto-Lei nº 25/1937. Patrimônio Cultural. Lei nº 8.159/1991. Lei nº 11.904/2009: Estatuto dos Museus.

Direito Sanitário: O financiamento do direito à saúde - Emenda Constitucional nº 29/2000, Lei Complementar nº 141/2012 e regulamentação administrativa. Assistência farmacêutica, RENAME e Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.

Direito da Criança e do Adolescente: Normativa internacional. Convenção sobre os Direitos da Criança: Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil: Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004. Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho: Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000 [Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil – Lista TIP: Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008]. Convenção de Haia de 1993 relativa à adoção internacional: Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999. Convenção de Haia de 1980 relativa ao sequestro internacional de crianças: Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000. Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores: Decreto nº 2.740, de 20 de agosto de 1998. Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores: Decreto nº 1.212, de 3 de agosto de 1994. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional: Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.

Direito do Consumidor: O Ministério Público na tutela do consumidor. Atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. Aspectos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993). Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985).

Direito do Idoso: Política de atendimento. Alternativas ao asilamento. Fiscalização das entidades de atendimento. Regulamentação sanitária. Conselhos Nacional, Estadual e Municipais dos Direitos do Idoso.

Direito das Pessoas com Deficiência: Direito ao trabalho. Vagas reservadas nos setores público e privado.

Direito à Educação: Legislação Estadual da Educação. Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.

Direitos Humanos: Racismo. Conceito e espécies: racismo estrutural, institucional, ambiental, recreativo, religioso, interseccionalidade entre raça, gênero e classe, preconceito racial, igualdade racial e ações afirmativas. Proteção da igualdade étnico-racial e legislação específica correspondente (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial - Decreto nº 65.810/1969; Lei nº 7.716/1989; Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Decreto nº 4.886/2003; Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010; Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR – Decreto nº 8.136/2013).



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

PONTO 6

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos e Garantias Fundamentais. Evolução e teoria geral dos direitos fundamentais. Proteção internacional. Internacionalização dos direitos fundamentais. Colisão entre direitos fundamentais. Tratados e Convenções Internacionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Contratos administrativos: conceito, interpretação, espécie do gênero contrato. Características dos contratos administrativos. Modalidades dos contratos administrativos. Formalização e execução dos contratos administrativos. Convênios administrativos.

DIREITO CIVIL

Contratos. Formação do contrato. Interpretação do contrato. Contratos unilaterais e bilaterais. Contratos consensuais e solenes. Contratos de execução imediata e de execução continuada. Teoria da imprevisão (cláusula *rebus sic stantibus*). Liberdade de contratar e função social do contrato. Da resolução por onerosidade excessiva. Contratos pessoais e impessoais. Contratos aleatórios. Contrato preliminar. Efeitos dos contratos. Arras. Vícios redibitórios. Evicção. Princípios gerais do contrato. Compra e venda. Promessa de compra e venda. Doação. Locação comercial e residencial. Mandato. Fiança e Parceria rural.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Garantias constitucionais relativas aos membros do Ministério Público. As garantias da inamovibilidade, da irredutibilidade de subsídio, da vitaliciedade e do foro por prerrogativa de função.

Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, atualizado e compilado até Lei Complementar nº 283/2025, LIVRO I e LIVRO III.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Fatos jurídicos processuais. Atos, fatos e negócios processuais. Atos processuais: conceito, classificação, forma, tempo e lugar. Pronunciamentos do juiz. Prazos. Penalidades e preclusões. Nulidades. Comunicação dos atos processuais. Tutela jurisdicional: formas de tutela e classificações. Tutela provisória. Tutela definitiva.

DIREITO FINANCEIRO

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributos: conceito e classificação. Impostos, taxas e contribuição de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições parafiscais. Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e *inter vivos*. Doação de bens e direitos.

DIREITO ELEITORAL

Propaganda Eleitoral: propaganda partidária e intrapartidária; promoção pessoal; marco civil da Internet (Lei nº 12.965/2014); impulsionamento, uso de avatares, *chatbot*, conteúdo sintético e inteligência artificial; prazos para realização; propaganda extemporânea e consequências; propaganda lícita e ilícita; Direito de resposta. Representação por propaganda eleitoral irregular. Pesquisas e testes eleitorais.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Lei nº 9.605/1998: Crimes Ambientais e Infrações Administrativas. Resolução Conjunta nº 10, de 29 de maio de 2024, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Direito Sanitário: Pacto pela saúde e suas diversas implicações. Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006, e Portaria nº 699/GM, de 30 de março de 2006, ambas do Ministério da Saúde.

Direito da Criança e do Adolescente: Proteção judicial e defesa dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Crimes e infrações administrativas.

Direito do Consumidor: Lei nº 14.181/2021 (prevenção e o tratamento do superendividamento).

Direito do Idoso: Prioridade no atendimento. Prioridade na tramitação de feitos.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Direito das Pessoas com Deficiência: Direito à habilitação, reabilitação e integração social, educação inclusiva, saúde, formação profissional, recursos humanos, acessibilidade, edificações e assistência social. Gratuidade nos transportes coletivos. Prioridade no atendimento. Criminalização do preconceito.

Direito à Educação: Educação em Direitos Humanos. Direito à educação e os objetivos fundamentais da República. Direito à educação na Constituição Federal. Princípios constitucionais do ensino. Deveres do Estado com a educação. Programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Direitos Humanos: Direitos humanos e o Ministério Público. Resolução nº 262/2023, do CNMP (Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro). Recomendação nº 96/2023, do CNMP (Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências). Resolução nº 278/2023, do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva de segurança pública). Resolução nº 279/2023, do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial).

PONTO 7

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos da Cidadania. Direitos sociais. Direitos e interesses individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Contratos administrativos: conceito, interpretação e espécie do gênero contrato. Características dos contratos administrativos. Modalidades dos contratos administrativos. Formalização e execução dos contratos administrativos. Convênios administrativos.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Ramos do Ministério Público. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público: Lei nº 8.625/93. A Lei Complementar Estadual nº 013/91 e suas alterações posteriores e a Lei Complementar nº 75/93.

Composição, funcionamento, atribuições e competência dos órgãos do Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL

Atos ilícitos. Responsabilidade civil: subjetiva, objetiva, contratual e extracontratual. Teoria do risco. Responsabilidade civil do Estado. Dano patrimonial e extrapatrimonial. Extensão do dano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo e procedimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Jurisdição contenciosa: ações possessórias; inventário e partilha; embargos de terceiro; habilitação; ações de família; processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação, filiação e alimentos; ação monitória. Jurisdição voluntária: disposições gerais; alienações judiciais; divórcio, separação, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio; testamentos e codicilos; herança jacente; bens dos ausentes; coisas vagas; interdição, tutela e curatela e estatuto da pessoa com deficiência. Organização e fiscalização das fundações.

DIREITO FINANCEIRO

Crédito público: conceito e classificação de crédito público. Natureza jurídica. Controle, fiscalização e prestação de contas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Isenção e anistia.

DIREITO ELEITORAL

Votação. Apuração e diplomação: votação; dia das eleições; limitações à prisão de eleitor; transporte e alimentação do eleitor e propaganda). Apuração. Diplomação (natureza jurídica e competência).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Direito ambiental: Dano ambiental e responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. Improbidade administrativa ambiental e urbanística. Ação civil pública ambiental (Lei nº 7.347/1985).

Direito Sanitário: Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP): suas implicações jurídicas e administrativas. A contratualização no Estado do Maranhão e seus municípios.

Direito da Criança e do Adolescente: O Juiz, o Ministério Público, o advogado e o defensor público.

Direito do Consumidor: Lei nº 14.790/2023 (dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa – Lei das BETS).

Direito do Idoso: Assistência Social. Acessibilidade. Gratuidade nos transportes coletivos. Ações afirmativas.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 3.298/1999, Decreto nº 11.793/2023, Resolução nº 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social e Resolução CNMP nº 228/2021).

Direito à Educação: Competências dos entes federativos na seara educacional. Regime de colaboração.

Direitos Humanos: Direitos Humanos no Brasil. Constituição e Direitos Humanos. Direitos Fundamentais. Status dos Direitos Humanos. Terminologia, fundamento e classificação (quanto à finalidade, adotada pela Constituição de 1988). Dimensões dos Direitos Humanos. Direitos Humanos em espécie. Direito à vida. Dignidade da pessoa humana. Direito à liberdade. Direitos políticos. Direitos sociais. Direito de minorias.

PONTO 8

DIREITO CONSTITUCIONAL

Processo legislativo e espécies normativas. Medida provisória: natureza, cabimento e efeitos. Atividade parlamentar investigatória: limites e poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Licitação: conceito, princípios e objeto. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação. Modalidades de licitação e procedimentos. Anulação e revogação da licitação. Recursos administrativos. Nova lei de licitações e contratos (Lei n.º 14.133/2021). Lei das Estatais (Lei n.º 13.303/2016).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público. Construção histórica. O Ministério Público: conceito e perfil constitucional. Princípios institucionais: Unidade, Indivisibilidade e Independência Funcional. Autonomias constitucionais: Funcional, Administrativa e Financeira. Competência e incumbência do magistrado de primeiro grau.

DIREITO CIVIL

Posse. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos. Proteção possessória. Função social. Propriedade: conceito. Propriedade imóvel: aquisição e perda. Função social. Usucapião: conceito, natureza, extensão e espécies.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Prova: conceito, objeto, ônus, procedimento, apreciação e espécies. Depoimento pessoal. Confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental, testemunhal e pericial. Inspeção judicial. Provas ilícitas.

DIREITO FINANCEIRO

A atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Prescrição e decadência no Direito Tributário.

DIREITO ELEITORAL

Ações eleitorais: ação de impugnação ao registro de candidatura, ação de investigação judicial eleitoral, ação de impugnação de mandato eletivo e recurso contra expedição de diploma (hipóteses, legitimidade, prazo e procedimento). Procedimento de execução e cumprimento de decisões impositivas de multa e outras sanções de natureza pecuniária (Resolução TSE nº 23.709/2022).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: Resolução nº 02/CIT, de 17 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES): regulamentação e aplicação. Portaria nº 841/GM - Ministério da Saúde, de 02 de maio de 2012, que publica a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

Direito da Criança e do Adolescente: Procedimentos. Disposições gerais. Perda e suspensão do poder familiar. Destituição da tutela. Colocação em família substituta. Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. 10. Recursos.

Direito do Consumidor: Lei nº 14.181/2021 (prevenção e o tratamento do superendividamento).

Direito do Idoso: Os crimes e infrações administrativas.

Direito das Pessoas com Deficiência: Constituição Federal. Legislação federal esparsa. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015). Acessibilidade e enfrentamento de barreiras. Decreto nº 9.296/2018, que regulamenta o art. 45 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Direito à Educação: Financiamento da educação. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Direitos Humanos: Mecanismos Internacionais de proteção e monitoramento dos Direitos Humanos. Direito Penal Internacional. Tribunal Penal Internacional. Dos crimes internacionais. Tratados internacionais e Direito Penal.

PONTO 9

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ações constitucionais: mandado de injunção, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, *habeas corpus*, *habeas data* e ação civil pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Servidores públicos: regime jurídico e classificação. Políticas de administração e de remuneração de pessoal. Cargos, empregos e funções. Criação, transformação e extinção de cargos, empregos ou funções. Provimento e vacância de cargos públicos. Aposentadoria, estabilidade e exercício de mandato eletivo. Demissão de vitalícios e estáveis. Direitos, deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão (Lei nº 6.107/1994). Regime disciplinar dos servidores públicos: tipicidade e sanção disciplinar. Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

A carreira do Ministério Público: provimento, posse, exercício, estágio probatório, vitaliciamento. Promoções e remoções. Afastamentos e substituições. Tempo de serviço e aposentadoria. Reintegração, reversão e aproveitamento.

Atribuições, concurso, nomeação e posse dos Serventuários da Justiça. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Resolução-GP nº 14, de 17 de fevereiro de 2021, consolidada e atualizada até a Resolução-GP nº 45, de 20 de março de 2025, LIVRO I – TÍTULO I, LIVRO II – TÍTULOS I e II, LIVRO III – TÍTULOS I, II e III.

DIREITO CIVIL

Condomínio: noções gerais. Usufruto. Servidão. Hipoteca.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sentença: conceito, natureza, classificação, estrutura lógica, requisitos, efeitos principais e secundários, vícios e correção, publicação e intimação. Coisa julgada: conceito, natureza política. Coisa julgada formal e material. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. A tese da “relativização” da coisa julgada. Cumprimento provisório e definitivo da sentença.

DIREITO FINANCEIRO

A atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Apropriação indébita no Direito Tributário.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

DIREITO ELEITORAL

Representações eleitorais: por captação ilícita de sufrágio; por arrecadação ou gasto ilícito em campanha; por doação acima do limite e por prática de conduta vedada (hipóteses, legitimidade, prazo e procedimento).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: O direito à saúde e o terceiro setor. Consórcio intermunicipal de saúde, cooperativas, entidades sem fins lucrativos, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), Organizações Sociais (OS's), Fundações Estatais de Direito Privado. Código de Saúde do Estado do Maranhão (Lei Complementar Estadual nº 039/1998) e legislação sanitária estadual. Lei nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.

Direito da Criança e do Adolescente: Acesso à Justiça. A Justiça da Infância e da Juventude: princípios gerais, competência, representação processual e serviços auxiliares.

Direito do Consumidor: O Ministério Público na tutela do consumidor. Atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. Aspectos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993). Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985).

Direito do Idoso: A proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos.

Direito das Pessoas com Deficiência: Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Decreto nº 3.956/2001).

Direito à Educação: Legislação Estadual da Educação. Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.

Direitos Humanos: Tratados internacionais de Direitos Humanos. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Pacto dos Direitos Sociais. Outros tratados internacionais.

PONTO 10

DIREITO CONSTITUCIONAL

Administração Pública: princípios constitucionais. Responsabilidade Civil do Poder Público. Servidores públicos: regime, ingresso, direitos e deveres.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Danos ao Patrimônio Público. Atos de improbidade administrativa: sujeitos (sujeito ativo, sujeito passivo e terceiros) e categorias de atos de improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992 e alterações da Lei nº 14.230/2021. O conceito de agente público. Condutas caracterizadoras de improbidade administrativa. Outros atos de improbidade: atos ímprobos previstos no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001); decorrentes de condutas vedadas a agentes públicos em campanhas eleitorais (Lei nº 9.504/1997); resultantes do descumprimento da nova Lei das Licitações e Contratos e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e decorrentes de atos contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998). Sanções (natureza jurídica, espécies, aplicação e gradação). A apuração administrativa e judicial dos atos de improbidade administrativa. Natureza jurídica das decisões e condenações dos Tribunais de Contas. Ação Popular e Ação Civil Pública em Defesa do Patrimônio Público. Ação Civil de Improbidade (natureza jurídica, legitimação, competência, prazo para ajuizamento e prescrição e causas de sua interrupção). Providências cautelares. Atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público em defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa. Execução da sentença condenatória em ação por improbidade. Prescrição da execução da sentença condenatória. Imprescritibilidade das ações de ressarcimento. Crimes de Responsabilidade (Lei nº 1.079/1950 e Decreto-Lei nº 201/1967).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

As vedações constitucionais. Funções institucionais do Ministério Público. Inquérito civil. Notificações e requisições. Poder de investigação do Ministério Público.

Divisão Judiciária para efeito da administração da Justiça. Criação e instalação de comarcas.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

DIREITO CIVIL

Direito de Família: famílias simultâneas, famílias reconstituídas, famílias monoparentais, família homoafetiva. Casamento: nulidades, impedimentos, efeitos jurídicos, causas suspensivas e regimes de bens. União estável. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Formas e consequências. Proteção da pessoa dos filhos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Recurso: conceito e fundamento, natureza jurídica e efeitos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Pressupostos recursais. Princípios fundamentais. Os poderes do Relator. Remessa necessária. Recursos: apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração; recursos ordinário, especial e extraordinário: noções gerais e hipóteses de cabimento. Repercussão Geral. Filtro de relevância do recurso especial. Agravos em recursos extraordinário e especial. Embargos de divergência. Julgamento dos recursos repetitivos.

DIREITO FINANCEIRO

Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributos federais, estaduais e municipais: noções gerais, natureza, fato gerador, sujeitos, base de cálculo, alíquota e lançamento.

DIREITO ELEITORAL

Recursos eleitorais: contra decisões de Junta Eleitoral; contra decisões de juiz eleitoral; contra decisões do TER e contra decisões do TSE.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Política Nacional de Meio Ambiente. Lei nº 6.938/1981. Acesso à informação ambiental: Lei nº 10.650/2003. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Lei nº 12.305/2010. Lei Complementar nº 140/2011. Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Geração de energia elétrica. Mineração.

Direito Sanitário: Responsabilidades administrativa, civil e penal dos profissionais e serviços de saúde. Crimes contra a saúde no Código Penal, na Lei Federal nº 8.080/1990, na Lei Federal nº 9.434/1997 e na Lei Federal nº 9.263/1996.

Direito da Criança e do Adolescente: Prática de ato infracional. A questão socioeducativa. Conceito e tempo do ato infracional. Inimputabilidade. Direitos individuais. Garantias processuais. Medidas socioeducativas. Remissão.

Direito do Consumidor: Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço (acidente de consumo). Causas excludentes. Responsabilidade do fornecedor pelos vícios do produto e do serviço. Vício e defeito. Responsabilidade do profissional liberal. Causas excludentes. Teoria do desvio produtivo. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta, apresentação e publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Banco de dados e cadastro de consumidores e fornecedores. Lei nº 10.962/2004 e Decreto nº 5.903/2006.

Direito do Idoso: Pessoas idosas. Envelhecimento populacional. Direitos fundamentais, autonomia e escuta. Política Nacional do Idoso. Etarismo ou Idadismo. Violências contra a pessoa idosa e suas interseccionalidades.

Direito das Pessoas com Deficiência: Pessoas com deficiência. Evolução conceitual. Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009).

Direito à Educação: Educação em Direitos Humanos. Direito à educação e os objetivos fundamentais da República. Direito à educação na Constituição Federal. Princípios constitucionais do ensino. Deveres do Estado com a educação. Programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Direitos Humanos: Sistema Regional de Direitos Humanos. Convenção Americana de Direitos Humanos e Protocolos adicionais. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

PONTO 11

DIREITO CONSTITUCIONAL

Estado Federal: conceito e sistemas de repartição de competências. Repartição de competências na Constituição da República.

DIREITO ADMINISTRATIVO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. Teorias da culpa administrativa, do risco administrativo e do risco integral. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Causas excludentes e atenuantes. Responsabilidade por atos legislativos e por atos jurisdicionais. Prescrição e decadência. Reparação do dano.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Órgãos de administração e de execução do Ministério Público. A Administração Superior: órgãos, competências e atribuições. Órgãos auxiliares do Ministério Público.

Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, atualizado e compilado até Lei Complementar nº 283/2025, LIVRO I e LIVRO III.

DIREITO CIVIL

Relação de parentesco. Paternidade *post mortem*. Filiação por reprodução assistida. Filiação biológica e socioafetiva. Multiparentalidade. Paternidade havida fora do matrimônio. Formas de reconhecimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Precedentes e julgados vinculantes. Precedente, jurisprudência e súmula. Efeito vinculante. Limites ao efeito vinculante. Fundamentos relevantes. Distinção e superação.

DIREITO FINANCEIRO

Dívida pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fiscalização tributária. Dívida ativa. A execução fiscal.

DIREITO ELEITORAL

Legislação Eleitoral: Constituição Federal (dispositivos pertinentes ao Direito Eleitoral); Código Eleitoral (crimes, recursos e juntas eleitorais); Lei Complementar nº 64/1990; Lei nº 9.504/1997; Lei nº 9.096/1995; Resolução TSE nº 22.610/2007 e Súmulas e Precedentes do Tribunal Superior Eleitoral.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: Saúde pública e improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992. Saúde pública e sua proteção jurídica contra a prática de atos de improbidade administrativa. Hipóteses que podem caracterizar a realização de atos de improbidade administrativa pelos agentes públicos da área de saúde, as sanções previstas e a natureza dessas sanções. Defesa da probidade administrativa em juízo, em especial o papel reservado ao Ministério Público.

Direito da Criança e do Adolescente: Direito à convivência familiar. Família natural e família substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Perda ou suspensão do poder familiar. Colocação em família substituta. Direito à convivência familiar e comunitária (Resolução CNMP nº 198/2019). Apadrinhamento afetivo. Entrega voluntária para adoção (Resolução CNJ nº 485/2023).

Direito do Consumidor: Práticas contratuais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão (Lei nº 11.785/2008). Convenção coletiva de consumo. Garantia legal e contratual.

Direito do Idoso: O idoso na Constituição Federal. Política Nacional do Idoso. Estatuto do Idoso. Lei Orgânica da Assistência Social. Código Civil. Código de Processo Civil. Código Penal. Constituição Estadual e legislação estadual. Resolução CNMP nº 154/2016.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 3.298/1999, Decreto nº 11.793/2023, Resolução nº 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social e Resolução CNMP nº 228/2021).

Direito à Educação: Financiamento da educação. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Direitos Humanos: Direitos Humanos e direitos fundamentais. Conceito, estrutura e história.

PONTO 12



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

DIREITO CONSTITUCIONAL

A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios: atribuições, competências exclusivas, concorrentes e residuais para legislar. Intervenção federal nos Estados. Intervenção estadual nos Municípios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública e terceiro setor. Lei nº 9.637/1998 (Lei das organizações sociais - OS). Lei nº 9.790/1999 (Lei Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP). Regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Garantias constitucionais relativas aos membros do Ministério Público. As garantias da inamovibilidade, da irredutibilidade de subsídio, da vitaliciedade e do foro por prerrogativa de função.

Composição, funcionamento, atribuições e competência dos órgãos do Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL

Adoção. Conceitos. Requisitos. Efeitos. Alimentos. Investigação de paternidade. Tutela, curatela e ausência. Hipoteca legal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Uniformização de jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade.

DIREITO FINANCEIRO

Despesa pública: conceito e classificação. Disciplina constitucional dos precatórios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Processo administrativo fiscal: generalidades, espécies, recursos e princípios aplicáveis.

DIREITO ELEITORAL

Lei nº 13.165/2016: redução dos custos das campanhas eleitorais, simplificação da administração dos Partidos Políticos e incentivo à participação feminina.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Código Florestal: Lei nº 12.651/2012. Fauna: Lei nº 5.197/1967. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Lei nº 9.985/2000. Política Nacional de Gerenciamento Costeiro: Lei nº 7.661/1988. Agrotóxicos: Lei nº 14.785/2023. Proteção à fauna doméstica e domesticada. Direito dos animais.

Direito Sanitário: O alcance das atribuições do Ministério Público na área do Direito Sanitário. Inquérito Civil. Compromisso de Ajustamento de Conduta. Ação Civil Pública. O controle externo dos atos administrativos.

Direito da Criança e do Adolescente: Medidas de proteção: disposições gerais e medidas específicas de proteção. Colocação em família substituta. Medidas pertinentes aos pais ou responsável.

Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/1990. Fundamentos constitucionais. Relação de consumo. Consumidor. Fornecedor. Produtos e serviços. Conceitos. Fontes do direito do consumidor. Política nacional das relações de consumo. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Objetivos e princípios.

Direito do Idoso: Direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Medidas de proteção.

Direito das Pessoas com Deficiência: Direito à habilitação, reabilitação e integração social, educação inclusiva, saúde, formação profissional, recursos humanos, acessibilidade, edificações e assistência social. Gratuidade nos transportes coletivos. Prioridade no atendimento. Criminalização do preconceito.

Direito à Educação: Controle social do direito à educação, respectivas políticas públicas e gestão democrática no ensino.

Direitos Humanos: A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contexto histórico. Importância e função atualmente.

PONTO 13



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Judiciário, Tribunais e Juízes Estaduais. Tribunal de Justiça do Maranhão. Ministério Público do Maranhão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Serviços públicos: conceito, princípios, classificação. Competência e formas da prestação do serviço público. Administração indireta: descentralização e entidades. Entes de cooperação. Serviços delegados a particulares. Convênios e consórcios administrativos. Entidades do terceiro setor e o Direito Administrativo.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Ramos do Ministério Público. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público: Lei nº 8.625/93. Lei Complementar Estadual nº 013/91 e suas alterações posteriores e a Lei Complementar nº 75/93.

Competência e incumbência do magistrado de primeiro grau.

DIREITO CIVIL

Sucessão. Disposições gerais. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Herança jacente. Incapacidade sucessória. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Capacidade para testar. Parte disponível. Inventário, arrolamento e partilha. Sonegados. Colações. Pagamento das dívidas. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha. Sobrepartilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O microssistema da tutela coletiva. Processo civil estrutural.

DIREITO FINANCEIRO

A atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Matéria tributária em juízo. Ação anulatória de débito fiscal e o mandado de segurança.

DIREITO ELEITORAL

Lei nº 14.192/2021: violência política contra a mulher.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257/2001. Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei nº 9.433/1997. Parcelamento do solo: Lei nº 6.766/1979. Saneamento: Leis nºs 11.445/2007 e 14.026/2020. Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Tombamento: Decreto-Lei nº 25/1937. Patrimônio Cultural. Lei nº 8.159/1991. Lei nº 11.904/2009: Estatuto dos Museus.

Direito Sanitário: O paradoxo entre direito fundamental social e direito público subjetivo à saúde. A interdependência dos sistemas político e jurídico do direito à saúde. Judicialização do direito à saúde. Resolução nº 238/2016, do CNJ (criação e manutenção, pelos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de Comitês Estaduais da Saúde) e Resolução nº 530/2023, do CNJ (Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde).

Direito da Criança e do Adolescente: Conselho Tutelar. Disposições gerais. Atribuições. Competência. Escolha dos conselheiros e impedimentos. Lei nº 12.696/2012 e Resoluções nºs 139 e 152, do CONANDA. Processo Eleitoral do Conselho Tutelar (Resolução nº 231/2022, CONANDA).

Direito do Consumidor: O Ministério Público na tutela do consumidor. Atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. Aspectos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993). Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985).

Direito do Idoso: Políticas públicas, entidades de atendimento e rede protetiva dos direitos da pessoa idosa.

Direito das Pessoas com Deficiência: A proteção judicial dos interesses individuais, coletivos e difusos.

Direito à Educação: Níveis e modalidades de educação e ensino. Planejamento. Planos decenais de educação. Conteúdo dos planos nacional e estadual de educação vigentes.

Direitos Humanos: Direitos Humanos no Brasil. Constituição e Direitos Humanos. Direitos Fundamentais. Status dos Direitos Humanos. Terminologia, fundamento e classificação (quanto à finalidade, adotada pela Constituição de 1988). Dimensões dos



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Direitos Humanos. Direitos Humanos em espécie. Direito à vida. Dignidade da pessoa humana. Direito à liberdade. Direitos políticos. Direitos sociais. Direito de minorias.

PONTO 14

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios constitucionais tributários. Reforma tributária. Finanças públicas. Ordem econômica e financeira. Tributação e orçamento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Administrativo: conceito, objeto e fontes. A constitucionalização do Direito Administrativo. Princípios do direito administrativo. Princípios constitucionais da Administração Pública. Sistema administrativo brasileiro. Administração Pública: estrutura, entidades, órgãos e agentes públicos. A atividade administrativa. Poderes e deveres do administrador público. Uso e o abuso do poder.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público. Construção histórica. O Ministério Público: conceito e perfil constitucional. Princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência funcional. Autonomias constitucionais: funcional, administrativa e financeira.

Atribuições, concurso, nomeação e posse dos Serventuários da Justiça. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Resolução-GP nº 14, de 17 de fevereiro de 2021, consolidada e atualizada até a Resolução-GP nº 45, de 20 de março de 2025, LIVRO I – TÍTULO I, LIVRO II – TÍTULOS I e II, LIVRO III – TÍTULOS I, II e III.

DIREITO CIVIL

Evolução da história e da distribuição das terras no Brasil. Atuação do Ministério Público na mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ação rescisória e ação anulatória: cabimento, competência e procedimento.

DIREITO FINANCEIRO

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Imunidade tributária recíproca. Autarquias e empresas públicas.

DIREITO ELEITORAL

Lei nº 14.197/2021: crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: O direito à saúde e o terceiro setor. Consórcio intermunicipal de saúde, cooperativas, entidades sem fins lucrativos, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), Organizações Sociais (OS's), Fundações Estatais de Direito Privado. Código de Saúde do Estado do Maranhão (Lei Complementar Estadual nº 039/1998) e legislação sanitária estadual. Lei nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.

Direito da Criança e do Adolescente: Política e organização do atendimento. Linhas de ação e da política de atendimento. Linhas de ação e diretrizes. Municipalização e descentralização. Participação da cidadania e conselhos dos direitos. Entidades e programas de atendimento.

Direito do Consumidor: O Ministério Público na tutela do consumidor. Atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. Aspectos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993). Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

produtos e serviços. Coisa julgada. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985).

Direito do Idoso: Assistência Social. Acessibilidade. Gratuidade nos transportes coletivos. Ações afirmativas.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Participação política, social e cidadania. Direitos fundamentais. Capacidade civil. Direitos de família. Direitos reprodutivos e sexuais. Educação Inclusiva. Ações afirmativas. Capacitismo e violências contra a pessoa com deficiência.

Direito à Educação: Educação especial inclusiva. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009).

Direitos Humanos: Direitos humanos e o Ministério Público. Resolução nº 262/2023, do CNMP (Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro). Recomendação nº 96/2023, do CNMP (Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências). Resolução nº 278/2023, do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva de segurança pública). Resolução nº 279/2023, do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial).

PONTO 15

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ordem social. Educação e cultura, ciência e tecnologia. Meio Ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Direito à proteção especial dos índios. Constituição do Estado do Maranhão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Regime jurídico-administrativo: o público e o privado na Administração Pública. Poderes administrativos. Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico e poder disciplinar. Poder de polícia. Polícia judiciária e polícia administrativa. Parceria público-privada (Lei nº 11.079/2004).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público. Construção histórica. O Ministério Público: conceito e perfil constitucional. Princípios institucionais: Unidade, Indivisibilidade e Independência Funcional. Autonomias constitucionais: Funcional, Administrativa e Financeira.

Divisão Judiciária para efeito da administração da Justiça. Criação e instalação de comarcas.

DIREITO CIVIL

Recuperação de empresas e falência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo de execução: execução em geral; partes; competência; requisitos; formação, suspensão e extinção da execução; responsabilidade patrimonial; fraudes; espécies de execução: para entrega de coisa, das obrigações de fazer ou de não fazer e por quantia certa; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública. Oposição à execução: impugnação ao cumprimento de sentença; embargos à execução; defesa por simples petição. Execução fiscal. Ação expropriatória. Restaurações, retificações e suprimientos dos registros públicos. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. *Habeas corpus* no cível. *Habeas data*. Mandado de injunção. Reclamação. Ação civil pública. Ação de alimentos. Ação de investigação de paternidade. Legitimidade do Ministério Público na investigação de paternidade (Lei nº 8.560/92). Ação de usucapião. Tutela individual e coletiva da posse: interdito proibitório, reintegração e manutenção da posse. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Ação monitória contra a Fazenda Pública. Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95).

Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92). Procedimentos de jurisdição voluntária.

DIREITO FINANCEIRO

Orçamento público. Conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Espécies e tramitação legislativa. Lei Federal nº 4.320/1964. Fiscalização financeira e orçamentária.

DIREITO TRIBUTÁRIO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Legislação estadual e regulamentos do ICMS.

DIREITO ELEITORAL

Ações eleitorais: ação de impugnação ao registro de candidatura, ação de investigação judicial eleitoral, ação de impugnação de mandato eletivo e recurso contra expedição de diploma (hipóteses, legitimidade, prazo e procedimento). Procedimento de execução e cumprimento de decisões impositivas de multa e outras sanções de natureza pecuniária (Resolução TSE nº 23.709/2022).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Teoria Geral do Direito Ambiental. Princípios gerais de Direito Ambiental. Princípios do poluidor pagador, usuário pagador, precaução, prevenção e outros princípios de Direito Ambiental. Meio ambiente e Direitos Humanos. Princípio da proibição de retrocesso. Meio ambiente e sociedade de risco.

Direito Sanitário: O Sistema Único de Saúde, seus princípios e diretrizes norteadores, as atribuições administrativas da União, dos Estados e dos Municípios na garantia do direito à saúde, as condições, critérios e fatores determinantes na organização e planejamento de um Sistema de Saúde.

Direito da Criança e do Adolescente: Criança e adolescente: antecedentes históricos, inserção constitucional, doutrina da proteção integral, princípios e direitos fundamentais da criança e do adolescente e princípios e direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direito do Consumidor: Práticas contratuais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão (Lei nº 11.785/2008). Convenção coletiva de consumo. Garantia legal e contratual.

Direito do Idoso: Políticas públicas, entidades de atendimento e rede protetiva dos direitos da pessoa idosa.

Direito das Pessoas com Deficiência: Constituição Federal. Legislação federal esparsa. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015). Acessibilidade e enfrentamento de barreiras. Decreto nº 9.296/2018, que regulamenta o art. 45 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Direito à Educação: Atuação de instituições privadas na seara educacional. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direitos Humanos: Racismo. Conceito e espécies: racismo estrutural, institucional, ambiental, recreativo, religioso, interseccionalidade entre raça, gênero e classe, preconceito racial, igualdade racial e ações afirmativas. Proteção da igualdade étnico-racial e legislação específica correspondente (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial - Decreto nº 65.810/1969; Lei nº 7.716/1989; Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Decreto nº 4.886/2003; Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010; Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR - Decreto nº 8.136/2013).

TABELA DE EXAMINADORES POR MATÉRIA

Matéria	Examinador(a)
Direito Constitucional	Banca Alfa: Luiz Sales do Nascimento Banca Beta: Sivonei Simas
Direito Administrativo	Banca Alfa: Luiz Sales do Nascimento Banca Beta: Sivonei Simas
Organização do Ministério Público e Organização Judiciária do Estado do Maranhão	Banca Alfa: Luiz Sales do Nascimento Banca Beta: Sivonei Simas
Direito Civil	Banca Alfa: Fernanda Tartuce Silva Banca Beta: Oswaldo Peregrina Rodrigues
Direito Processual Civil	Banca Alfa: Fernanda Tartuce Silva Banca Beta: Oswaldo Peregrina Rodrigues
Direito Financeiro	Banca Alfa: Luiz Edmundo Marrey Uint Banca Beta: Tiago do Vale
Direito Tributário	Banca Alfa: Luiz Edmundo Marrey Uint Banca Beta: Tiago do Vale
Direito Eleitoral	Banca Alfa: Luiz Edmundo Marrey Uint Banca Beta: Tiago do Vale



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 03/02/2026. Publicação: 04/02/2026. Nº 022/2026.

ISSN 2764-8060

Direitos Transindividuais e Direitos Humanos: Direito Ambiental, Direito Sanitário, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor, Direito do Idoso, Direito das Pessoas com Deficiência, Direito à Educação e Direitos Humanos.	Banca Alfa: Washington Aparecido Pinto Banca Beta: Marco Antonio Marcondes Pereira
---	---

EXTRATO

Convênio - Extrato nº 1/2026 - GPGJ/SPGJAAD

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº01/2026- CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA-MA

CONVENIENTES – O Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Procuradoria-Geral de Justiça e a Câmara Municipal de Presidente Dutra, representada pelo Presidente da Câmara RICARDO LUIS LUCENA RODRIGUES.

OBJETO – O presente Convênio tem por objeto a cessão de servidor municipal JEFFERSON GREIKI DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Analista Jurídico, para prestar serviço junto ao CESSIONÁRIO, o qual será designado para execução de tarefas de natureza técnica e administrativa no âmbito de suas competências e atribuições junto às unidades administrativas e/ou órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Maranhão.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – no período de 15 de janeiro a 31 de dezembro de 2026, da publicação no D.O.E, podendo ser renovado por acordo das partes.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 8º, incisos VI, VII e VIII, da Lei Complementar Estadual nº 013, de 25 de outubro de 1991. São Luís-MA, 02 de fevereiro de 2026

Documento assinado eletronicamente por DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, Procurador Geral de Justiça, em 02/02/2026, às 13:24, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

PORTARIA

PORTARIA Nº 3/2026-GPGJ/DG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os termos do Processo Administrativo nº 19.13.0058.0001354/2026-07:

CONSIDERANDO os termos do Contrato nº 41/2022 celebrado entre a Empresa TORINO INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 03.619.767/0005-15, com sede na SCN – Quadra 01 – Bloco F – Ed. América Office Tower – Salas 414 e 415, CEP 70711-905, Brasília/DF, tendo como representante legal (Sócio Diretor), Sr. RODRIGO DO AMARAL RISSIO, inscrito no CPF nº 220.807.218-95 e a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ-MA).

CONSIDERANDO que a mencionada empresa descumpriu obrigação contratual prevista na Cláusula Quarta – Da Garantia e Assistência Técnica dos Equipamentos, conforme restou demonstrado na instrução do processo epígrafado, resultando na multa de R\$ 37.507,50 (trinta e sete mil, quinhentos e sete reais e cinquenta centavos), decorrente do cálculo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos equipamentos (notebooks) que apresentaram baterias defeituosas na forma da cláusula décima, subitem 10.3, “b” do respectivo contrato, conforme manifestação da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI) contida no DESPACHO-CMTI-1272025.

CONSIDERANDO o teor do último parecer jurídico (PARECER-DGAJA- 3962025) da Assessoria Jurídica da Administração (ASSJUR), acerca da aplicação da penalidade de multa no valor calculado pela CMTI à citada empresa.

R E S O L V E :

Aplicar à empresa TORINO INFORMÁTICA LTDA (CNPJ nº 03.619.767/0005-15), a penalidade de multa no valor de R\$ 37.507,50 (trinta e sete mil, quinhentos e sete reais e cinquenta centavos), em razão do descumprimento do Contrato nº 41/2022, conforme restou demonstrado nos autos do Processo nº 19.13.0058.0001354/2026-07.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público – DEMP/MA. São Luís/MA, data da assinatura eletrônica.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Documento assinado eletronicamente por DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, Procurador Geral de Justiça, em 02/02/2026, às 15:00, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.